

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 549

**O SETOR SERVIÇOS NO BRASIL:
UMA VISÃO GLOBAL — 1985/95**

Hildete Pereira de Melo*

Frederico Rocha*

Galeno Ferraz*

Alberto Di Sabbato*

Ruth Dweck*

Rio de Janeiro, março de 1998

* Professores da Faculdade de Economia da UFF.



O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Presidente

Fernando Rezende

Diretoria

Claudio Monteiro Considera

Luís Fernando Tironi

Gustavo Maia Gomes

Mariano de Matos Macedo

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (021) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (061) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - A PROBLEMÁTICA DE DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO SETOR SERVIÇOS	3
3 - A EVOLUÇÃO RECENTE DO SETOR SERVIÇOS NO BRASIL.....	8
3.1 - A Contribuição dos Serviços ao PIB	9
3.2 - A Terciarização da Economia Brasileira do Ponto de Vista do Emprego	19
4 - A PRODUTIVIDADE E O SETOR SERVIÇOS NO BRASIL	30
5 - CONCLUSÃO	36
BIBLIOGRAFIA	39

RESUMO

O objetivo do trabalho é estudar o processo de terciarização da economia brasileira no período 1985/95, analisando-o sob a ótica da **renda e do emprego**. Para a análise da renda utilizou-se a matriz de insumo-produto para os anos de 1985, 1990 e 1992 e as contas nacionais de 1970 a 1995, enquanto para o emprego usaram-se as informações da PNAD/IBGE para o período considerado. O trabalho conclui que: **a)** não há evidência de existência da doença de custos para o caso nacional; **b)** não se confirma, para o período analisado, a hipótese de Gershuny de crescimento superior dos serviços intermediários; ao contrário, há uma tendência maior de crescimento dos serviços finais; **c)** o setor Serviços apresentou a maior contribuição, absoluta e relativamente, ao aumento dos postos de trabalho; e **d)** de maneira geral, esta expansão esteve concentrada em atividades caracterizadas pela baixa qualidade dos postos de trabalho.

ABSTRACT

This paper aims to study the growth of the service sector in the Brazilian economy from 1985 to 1995. To cope with this objective, it uses data from the Brazilian Input-Output Tables for 1985, 1990 and 1992, Brazilian National Accounts from 1970 until 1995 and the IBGE Household Survey (PNAD) for 1985, 1990 and 1995. The paper reaches the following conclusions: (a) it does not confirm the costs disease process for the Brazilian service sector; (b) it finds no evidence for the Gershuny hypothesis that intermediary demand for services grows faster than final demand; (c) the service sector has been responsible for the growth of most of the occupation in the Brazilian economy; and (d) most of this growth occurs is centered in low quality jobs.

1 - INTRODUÇÃO¹

O Brasil tornou-se, nas últimas décadas, uma economia na qual o setor Serviços representa quase dois terços do emprego urbano metropolitano e responde por mais da metade do PIB, numa trajetória semelhante à evolução econômica dos países desenvolvidos. No âmbito da economia mundial, a expansão das atividades de serviços constituiu uma das mais importantes mudanças introduzidas no cotidiano humano no século XX. Não obstante, nos quase três séculos de desenvolvimento da ciência econômica, deu-se pouca atenção a elas. É evidente que, nos primórdios da Revolução Industrial, a importância do setor era muito inferior ao seu papel atual. Mesmo assim, os Serviços são considerados ainda como a parte menos entendida da economia. Em contrapartida, o papel desempenhado pelos serviços está longe de poder ser negligenciado, não só por sua dimensão em termos de renda e emprego, mas também por diversos de seus segmentos estarem proporcionando insumos fundamentais ao setor industrial, como é o caso de seguros, telecomunicações, transportes e todo o setor bancário [Gatt (1989)].

A literatura brasileira sobre os Serviços é ainda mais escassa comparativamente ao que tem sido produzido na Europa e nos Estados Unidos: nos anos 70, o IPEA publicou os trabalhos mais completos para análise do caso nacional, e nos últimos anos, algumas teses e artigos têm sido produzidos no país.² O objetivo do presente trabalho é fazer uma síntese da evolução global do setor na última década, sob a ótica das variáveis-chave: renda e emprego. Assim, este artigo trata de discutir o tema, reconhecendo a precariedade da análise econômica brasileira sobre o assunto, mas esperando que as informações aqui arroladas contribuam para uma maior reflexão sobre o setor no país.

O enfoque convencional da economia dos serviços associa, de uma maneira geral, o crescimento de sua taxa de participação na geração da renda e do emprego ao aumento da riqueza social.³ Em contrapartida, a reflexão teórica, que se preocupou com o fenômeno do subdesenvolvimento, chamou a atenção para o fato de que a presença de um setor Serviços quantitativamente relevante, em determinadas economias, não está, necessariamente, associada a etapas avançadas de desenvolvimento.⁴ Se é verdade que, tendencialmente, processos de desenvolvimento são acompanhados de um aumento da importância econômica dos serviços, por outro lado, países com diferentes níveis de desenvolvimento e

¹ Este estudo faz parte do projeto **Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil** realizado pela DIPES/IPEA e Anpec, mediante convênio com o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT).

² Ver Almeida e Silva (1973), Almeida (1974), Almeida (1976), Andrade (1994), Flores e Santos (1995), Pero (1995), Kon (1992 e 1996), Segnini (1996). Sobre a questão mais ampla da terceirização há uma gama maior de artigos sendo produzidos.

³ Os países ocidentais desenvolvidos projetam a tendência histórica de que a sociedade caminha para uma economia dos serviços, com estes respondendo por uma parte crescente do produto e do emprego [Baumol (1967)].

⁴ Sobre esta questão veja os trabalhos da Cepal e Prealc, particularmente Prebish (1970), Pinto (1970) e Tokman (1982).

distintos patamares de renda **per capita** podem ter participações dos serviços nos PIBs muito semelhantes. Brasil e Argentina, por exemplo, apresentam, atualmente, tais participações numa ordem muito próxima daquelas encontradas para o Japão e a Alemanha. Esta circunstância sugere que a taxa de participação dos serviços na geração da renda e do emprego não é, por si só, um bom indicador do grau de desenvolvimento alcançado por um país. Na realidade, a presença de um setor Serviços quantitativamente relevante, no que se refere à geração da renda e do emprego, pode estar associada tanto a uma economia de serviços moderna, própria a economias em estágios avançados de desenvolvimento, como pode ser resultante da presença de um setor serviços composto, em sua maior parte, de atividades tradicionais, portadoras de baixos níveis de produtividade e refúgio para mão-de-obra de baixa qualificação. Em outras palavras, um setor Serviços quantitativamente relevante não expressa, necessariamente, modernidade econômica.

Tal circunstância poderia expressar, apenas, uma característica de padrões históricos de desenvolvimento econômico, como aqueles associados às economias periféricas. Derivam-se dessa vertente teórica conceitos tais como centro-periferia, dualismo e marginalidade econômica, onde a expansão do terciário aparece mais como vício que virtude. Em outras palavras, economias subdesenvolvidas poderiam apresentar um setor terciário **inchado**, em função de elementos estruturais tais como a concentração da propriedade fundiária e a incapacidade do desenvolvimento industrial absorver camadas crescentes da população expulsa do campo. Nessa perspectiva, grande parcela das atividades tradicionais de serviços seria a única possibilidade de ocupação de amplos setores da população, portadores de baixa qualificação, significando, conseqüentemente, subemprego e exclusão social.

A economia brasileira não ficou alheia a essa mudança estrutural operada em nível internacional da expansão dos serviços.⁵ Assim, no país, a evolução destas atividades seguiu a mesma trajetória internacional, ou seja, a industrialização e seu corolário, a urbanização acelerada desde os anos 70, acarretaram um aumento sensível da participação das atividades de serviços, provocando uma transformação na estrutura econômica nacional. Foi uma evolução positiva, tanto do ponto de vista do emprego como da renda, ainda que esta expansão seja diferente do avanço da terciarização em outras economias nos aspectos de ocupação da mão-de-obra, da produtividade e dos preços, todas variáveis historicamente determinadas pelo desenvolvimento político, social e econômico de cada país ou região.

⁵ Neste trabalho, “Serviços” equivale à antiga nomenclatura “Terciário”, ou seja, a tradicional classificação das atividades econômicas em primárias (agropecuária), secundárias (indústria) e terciárias (comércio, transporte e serviços). Atualmente as Contas Nacionais e a literatura econômica privilegiam a notação “Serviços” para designar este último conjunto de atividades econômicas. Não há unanimidade na literatura econômica sobre uma classificação para os serviços; distintos critérios podem ser relevantes como: intensidade de capital, destino final ou intermediário da produção, grau de qualificação dos trabalhadores e muitos outros. Ver sobre o assunto: Sabolo (1975), Hill (1977), Riddle (1986), Browning, Singelman e Elfring (1978 e 1988).

Este trabalho faz um estudo global do setor serviços brasileiro. Na primeira parte é feita uma breve resenha sobre a problemática da definição e classificação dos serviços; nas seções seguintes analisa-se, sob a ótica das variáveis-chave renda e emprego o processo de terciarização da economia nacional na última década. Por último, a avaliação deste processo é completada com a construção de indicadores de produtividade para o setor. As informações para este estudo foram obtidas das Contas Nacionais, da Matriz de Insumo-Produto/IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Graças à diversidade que caracteriza as atividades de Serviços, foram usadas as rubricas das Contas Nacionais (Comércio, Transportes, Comunicações, Instituições Financeiras, Administração Pública e Outros Serviços) para análise desagregada do setor, embora as reconheçamos ainda insuficientes para captar toda a diversidade presente no interior das atividades de serviços.

2 - A PROBLEMÁTICA DE DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO SETOR SERVIÇOS

A partir dos anos 30, os Serviços passaram a ser objeto de consideração na análise econômica, primeiramente sob uma denominação genérica de “Terciário”. Os principais autores foram Fisher (1933) e Clark (1940). O primeiro foi quem propôs uma classificação das atividades econômicas em primárias, secundárias e terciárias, identificando-as para cada caso concreto; para Fisher a característica do terciário é que produzem bens imateriais. Clark, em 1940, reafirma as idéias de Fisher quanto à divisão da produção econômica em três grandes setores. Em 1957, quando publicou a terceira edição de sua obra, originalmente de 1940, **The conditions of economic progress**, Clark introduz a expressão “Serviços”, porque a considerava muito mais adequada para expressar a grande variedade de atividades aí incluídas. A substituição da expressão “terciário” por “serviços” foi defendida por Clark porque esta nova nomenclatura anunciava uma crescente diversificação. Ele também reconhecia que algumas atividades se orientavam quase que exclusivamente para o consumo final, enquanto outras para o consumo intermediário; umas utilizam capital enquanto outras são intensivas em trabalho. É evidente que o próprio desenvolvimento econômico contribuiu para que surgissem teorias sobre a natureza e a evolução destas atividades.

Observa-se que a definição de serviços⁶ é, desde logo, problemática, mesmo porque incorporam uma grande variedade de atividades. Por sua vez, as dificuldades de mensuração do produto dos serviços são conhecidas e revelam-se

⁶ Uma definição usual diferencia os serviços de outros bens derivados da produção industrial e agrícola pelo fato daqueles serem consumidos tal como produzidos e resultantes de um processo onde produção e consumo são coincidentes no tempo e espaço (ECC-1991). Assim, os serviços se caracterizariam pela circunstância de serem intangíveis, intransferíveis, não-estocáveis e apresentarem contato direto entre produtores e consumidores. Em 1991 na Williamburg Conference (EUA), Joel Popkin afirmou “There is an urgent need to redefine and retitile the major industries that comprise the nongoods sector in ways that better describe their role and significance in the U.S. industrial structure”. Ainda sobre este debate veja Hill (1977 e 1991).

na precariedade da base estatística que cobre o setor. A teoria econômica dispõe hoje de um vasto corpo analítico para apreender o comportamento dos setores primário e secundário, porém, em se tratando de serviços, não foi capaz de produzir teoria e nem mesmo uma base de dados adequadamente organizada [Gershuny (1987)].

A despeito das dificuldades descritas anteriormente, é possível verificar que os serviços adquiriram uma importância crucial no emprego e nas transações econômicas gerais,⁷ seja como atividade principal, seja como atividade secundária de apoio à produção manufatureira e agrícola. Neste cenário, a relevância do setor Serviços pode ser evidenciada a partir de múltiplas questões, entre as quais o seu crescente peso nas transações de comércio internacional e o fato de as empresas dos setores financeiro e de comunicações se terem constituído num dos espaços privilegiados para a propagação dos efeitos da revolução microeletrônica, quer como iniciadoras/usuárias, quer como administradoras de sistemas tecnológicos complexos. A heterogeneidade dos serviços e, conseqüentemente, as especificidades de suas questões têm sido potencializadas por este processo de transformação introduzido pelo novo paradigma econômico-tecnológico, no centro do qual está a revolução microeletrônica introdutora de novos produtos e geradora de um processo de reestruturação industrial caracterizado por avanços significativos de produtividade e pela globalização das atividades econômicas. O uso de novas tecnologias vem exigindo o aparecimento de novos serviços e fazendo de muitos deles insumos fundamentais para os demais setores econômicos, particularmente para a indústria. Este processo trouxe consigo novas exigências para a sociedade no campo da educação, do treinamento/conhecimento e da saúde. Tais considerações reforçam a idéia da dificuldade de se definir adequadamente o setor Serviços. Evidenciam a impossibilidade de se conferir tratamento homogêneo a serviços tão díspares como os serviços financeiros, jurídicos, de informática, comunicações, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem, estes na vanguarda tecnológica, e seus aliados tradicionais, os serviços de transportes, comércio, armazenagem. A estes juntam-se ainda os serviços oferecidos à sociedade pela administração pública, defesa/segurança nacional, saúde e educação e os serviços privados ofertados para o atendimento da demanda individual. A esta heterogeneidade estrutural deve-se adicionar uma tendência de que a participação dos serviços na economia seja tanto maior quanto maior seja a renda **per capita**.⁸

A tendência geral de crescimento do setor Serviços, visível para a totalidade das economias nacionais e acelerada a partir da década de 60, foi acompanhada por um fenômeno importante, que está no centro das preocupações das análises sobre o setor: a elevação de seus preços relativos, explicada, fundamentalmente, pela

⁷ Atualmente, com o crescimento das análises estatísticas sobre o PIB, ficou evidente o aumento da importância do setor Serviços na economia mundial: Griliches (1992) e Mohr (1992) afirmam que estes cresceram aproximadamente de 40% para cerca de 70%. Bell (1973) também afirma que até o final do século as atividades econômicas estarão dominadas pelo setor Serviços.

⁸ Sobre as causas do crescimento do setor Serviços ver, para uma revisão no campo da teoria econômica, Gutiérrez (1993, Cap. 2).

constatação de que, por se tratar de atividades intensivas em trabalho e encontrar dificuldades para a substituição deste fator, a produção dos serviços encontra fortes barreiras no que diz respeito ao avanço de produtividade. Nestas circunstâncias, a uniformização dos salários reais na economia, acompanhada de uma relativa inelasticidade-preço dos produtos de serviços implicaria uma elevação de seus preços.⁹

A elevação dos preços dos serviços carrega implicações para a mudança estrutural do setor, manifesta na substituição de um grande número de serviços pessoais por auto-serviços (**self-servicing**) ou por bens. Entretanto, alguns segmentos não foram (e, em alguma medida, ainda não são) passíveis de ter suas tarefas substituídas por máquinas ou por auto-serviços. Alguns destes serviços são, em muitos países, prestados, em grande proporção, pelo Estado. O crescimento de seus custos tem sido, muitas vezes, utilizado como explicação para a chamada crise do “Estado de Bem-Estar” nas economias da Europa Ocidental.

O segundo movimento de mudança estrutural se deu no interior da expansão dos serviços intermediários voltados para a produção industrial. Nas economias desenvolvidas este crescimento teve como ponto de partida a introdução de inovações nos processos produtivos da indústria (revolução microeletrônica) que, por sua natureza, implicaram o surgimento de demandas para novas especialidades de serviços. Em geral, tais serviços, mais especializados e intensivos em conhecimentos específicos, não foram incorporados ao emprego direto da produção manufatureira. Principalmente algumas especialidades, utilizadas por múltiplos setores industriais, passaram a ser adquiridas de empresas prestadoras de serviços; estas endogeneizaram ganhos de escala e se tornaram capazes de substituir, com vantagem (menores custos), os serviços industriais autoproduzidos. O resultado líquido deste processo revelou-se na expansão do setor Serviços como conseqüência de fortes tendências à terceirização.

O crescimento tendencial dos custos dos serviços foi um outro fator importante de estímulo à terceirização. Na medida em que gerou pressões sobre os custos industriais, por elevação das contribuições derivadas da legislação de proteção ao trabalho, pressionou as empresas a substituírem produção endógena de serviços por compras a terceiros. Simultaneamente, a dificuldade de gerenciamento presente em estruturas excessivamente hierarquizadas tornou mais eficiente o provimento de algumas destas atividades por intermédio do mercado. Estas circunstâncias ocorreram tanto para os serviços modernos, que exigem mão-de-obra qualificada, quanto para os serviços tradicionais, empregadores de mão-de-obra desqualificada (limpeza, alimentação e serviços domésticos).

⁹ Sobre este ponto, comentando a tendência verificada nas economias desenvolvidas, Gershuny (1987) afirma: os empregos na manufatura têm pago maiores salários em consonância com o aumento de sua produtividade; os empregos nos serviços têm pago maiores salários em linha com a elevação dos salários industriais, num quadro de baixo crescimento da produtividade; obviamente, o crescimento dos salários reais no setor Serviços só pode ser financiado por uma elevação dos preços dos serviços.

O quadro anteriormente descrito possibilita fazer um resumo das principais tendências que marcaram a evolução recente do setor Serviços nas economias desenvolvidas. Estas manifestaram-se na redução da importância dos serviços pessoais na geração do emprego e, simetricamente, na expansão da contribuição dos serviços prestados às empresas. Dentro destes últimos, cresceram em peso os serviços modernos, empregadores de mão-de-obra especializada, isto é, o binômio informática e comunicações. Já nos serviços sociais, nos países onde saúde e educação estão primordialmente sob responsabilidade do estado, a elevação dos preços acarretou importantes problemas de financiamento público.

As características da evolução do setor Serviços são, na verdade, a base sobre a qual se constrói a pauta a ser enfrentada pela intervenção do Estado por políticas públicas. Não é por acaso que nos países desenvolvidos as maiores preocupações da autoridade pública estão voltadas para políticas que sustentem e estimulem a eficiência dos modernos setores prestadores de serviços às empresas e para a discussão de reformas no aparato de sustentação do estado de bem-estar. O primeiro ponto é decisivo na definição da competitividade das empresas prestadoras de serviços mas, sobretudo, tem relação direta com a produtividade industrial. O segundo diz respeito a questões relativas ao equilíbrio fiscal dos estados.

Não se deve esquecer, todavia, que uma parte do setor Serviços tem sofrido mudanças estruturais que, de certa forma, relativizam o quadro anteriormente traçado. Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o recente arrefecimento na tendência de elevação do salário real, como consequência de políticas macroeconômicas diversas. Em segundo lugar, alguns subsetores são menos sujeitos à **doença de custos**¹⁰ em razão dos ganhos de produtividade obtidos em função de novas trajetórias tecnológicas emergentes. Em terceiro lugar, a crescente exposição à concorrência internacional, fruto de inovações nos transportes e nas comunicações e de alterações na legislação reguladora do comércio internacional, podem alterar a tendência a custos crescentes presente no setor.

No caso brasileiro, não se pode deixar de considerar que discutir o setor Serviços significa, necessariamente, trazer à superfície questões relativas à pobreza e à desigualdade, bem como à problemática da produtividade e da competitividade de suas empresas. Tradicionalmente, o setor Serviços, e em especial alguns dos seus segmentos, são empregadores de mão-de-obra de baixa qualificação, absorvem uma parcela expressiva do emprego e dividem a opinião de pesquisadores no que

¹⁰ Conceito derivado dos trabalhos de Baumol (1966 e 1991), que afirma que a maior participação dos serviços na renda e no emprego era consequência do crescimento da produtividade desigual entre os setores econômicos. Como o setor Serviços apresenta baixo crescimento de produtividade, atrai e absorve mão-de-obra liberada dos outros setores econômicos; devido à uniformidade dos salários na economia, o salário dos serviços acaba acompanhando o aumento dos salários dos demais setores.

diz respeito a seu papel na geração da pobreza e desigualdade. A disparidade na evolução dos subsectores que compõem o setor Serviços quanto à produtividade é evidente. Basta mencionar o serviço doméstico remunerado e o comércio que conservam, ainda no último decênio, elevada taxa de participação e são serviços patentemente arcaicos. Há, portanto, diferenças entre os diversos subsectores que precisam ser analisadas de modo a explicar a contribuição de cada uma destas atividades para o crescimento da economia brasileira.

Do exposto acima conclui-se que uma das principais razões para o relativo **esquecimento** do setor Serviços na agenda de pesquisadores repousa nos problemas encontrados para se obter uma definição e classificação satisfatórias destas atividades e na conseqüente dificuldade em mensurá-las.¹¹ As primeiras tentativas de classificação do setor Serviços foram de Fisher e sobretudo de Clark, como foi apontado anteriormente, embora estes assinalassem aos serviços um caráter residual.

O grande desenvolvimento industrial do pós-guerra relegou os estudos sobre as atividades de serviços a segundo plano. Só a partir de meados dos anos 70, quando ficou provada a importância dos serviços nas economias industriais e o seu potencial de crescimento, começaram a surgir estudos e classificações sobre o setor.¹²

Uma classificação de serviços amplamente utilizada atualmente é a formulada por Browning e Singelmann (1978) e ligeiramente modificada por Elfring (1988). Tal tentativa é extremamente válida para colocar alguma ordem na diversidade dos serviços; estes foram classificados por estes autores em 27 tipos de atividades. Observa-se, portanto, um maior detalhamento dos serviços em relação às primeiras classificações e um maior distanciamento analítico destas atividades em relação às indústrias de transformação e extrativa.

Este esforço é, porém, problemático pois, implicitamente, pressupõe que o setor Serviços é, de alguma maneira, exclusivo. Na prática, o que se observa, particularmente a partir da revolução microeletrônica, é que as fronteiras entre as atividades de serviços e as demais estão desaparecendo, pois algumas empresas

¹¹ A discussão sobre classificação do setor Serviços está baseada no texto Melo e Cassiolato, (1996) e para os problemas de mensuração ver também Sérurier (1996).

¹² O ECPC Issues Paper n. 1 distingue dois conceitos econômicos para se fazer uma classificação econômica. Um conceito é orientado para a produção (baseado na oferta), outro é orientado para o mercado (baseado na demanda); estes dois conceitos correspondem às categorias usadas nas estatísticas industriais. Para uma discussão sobre o uso destes dois conceitos para a classificação dos serviços, ver ECPC (1994).

manufatureiras também **produzem** serviços.¹³ No extremo, pode-se até concluir como Castells (1989, p. 130) que “não existe um setor de Serviços”, mas sim uma série de atividades que aumentaram em diversidade ou especialização com a evolução da sociedade, e que serviços (especialmente os pessoais e sociais) são, de fato, uma maneira de absorver o excedente de mão-de-obra gerado pelo aumento da produtividade na agricultura e indústria. A implicação seria que, se a produtividade se deteriorasse no setor industrial, o setor Serviços se contrairia. Tal indivisibilidade de serviços e manufatura tem sido proposta por vários autores, entre os quais Cohen e Zysman (1987).

Os problemas de definição e classificação que prejudicaram no passado o estudo dos serviços sem dúvida persistirão. Porém, o que deve ser enfatizado quanto às novas características ligadas ao setor Serviços trazidas pela revolução microeletrônica é que as novas tecnologias tendem a afetar tal setor de maneira inteiramente diversa da ocorrida anteriormente. Por outro lado, a tecnologia, como no passado, tem sido responsável pela geração de novas ocupações e postos de trabalho que são vinculados a novos produtos ofertados pelas empresas. Exemplos mais conhecidos são o **software** e serviços de informação especializados que são dependentes das telecomunicações. Estas permitem, pela primeira vez, uma tendência à globalização de certas atividades de serviços. Por outro lado, outras atividades do setor Serviços mais localizadas (como serviços pessoais e sociais) e, portanto, menos sujeitas à globalização, são afetadas pelas novas tecnologias, em outra direção. Neste caso, os efeitos seriam mais no sentido da obtenção de significativos ganhos de produtividade nas atividades de serviços, diminuindo consideravelmente a capacidade de o setor gerar empregos e absorver o excedente da mão-de-obra.

3 - A EVOLUÇÃO RECENTE DO SETOR SERVIÇOS NO BRASIL

No Brasil as atividades do setor Serviços respondem por parcelas significativas da geração de emprego e da renda num fenômeno idêntico ao ocorrido nas economias desenvolvidas. Esta evolução da estrutura do emprego e do PIB por grandes setores econômicos apresenta características de terciarização comuns, ou seja,

¹³ Nos anos 80 assistiu-se a uma efervescência de classificações sobre o setor Serviços, a OCDE e alguns organismos vinculados a esta organização estimularam pesquisas e estudos sobre classificação ou tipologias das atividades de serviços. Browning e Singelman (1978) propuseram uma divisão dos serviços em quatro grupos, identificados segundo a orientação da demanda, que estão discriminados abaixo:

- **Serviços Produtivos:** utilizados pelas empresas durante o processo produtivo, atividades intermediárias por natureza (seguro, serviços bancários, serviços jurídicos, propaganda e publicidade, comunicação, corretagem);
- **Serviços Distributivos:** após completado o processo produtivo são as atividades de distribuição dos bens (transporte, comércio, armazenagem);
- **Serviços Sociais:** atividades prestadas à coletividade (educação, saúde, lazer, administração pública);
- **Serviços Pessoais:** atividades prestadas aos indivíduos (hotelaria, restaurantes/bares, cabeleiros, domésticos).

declínio das atividades agropecuárias e expansão da indústria e dos serviços. Destas características, a mais manifesta foi o crescimento do emprego no setor Serviços [Kuznets (1966) e Maddison (1991)]. Do pós-guerra até a década de 70, a economia brasileira apresentou uma nítida tendência de concentração nas atividades industriais. A importância relativa da agropecuária decresceu cerca de 36%, enquanto a indústria expandiu-se 44% e os serviços tiveram um crescimento de 2,5% no produto total da economia [**Conjuntura Econômica** (09/1971) e Almeida e Silva (1973)]. O papel desempenhado pela indústria na absorção de mão-de-obra, mostra um crescimento menor do que os serviços, uma vez que entre 1950 e 1960 o crescimento dos postos de trabalho da indústria expandiu-se cerca de 20% e o setor Serviços gerou um pouco mais de 40% de postos de trabalho adicionais (IBGE, Censos de 1950 e 1960).¹⁴

3.1 - A Contribuição dos Serviços ao PIB

A literatura econômica consagra uma íntima relação entre o crescimento da renda e a expansão dos serviços na maioria das economias.¹⁵ Não obstante a medição e valorização do produto dos serviços seja problemática, a prestação de serviços na maioria dos casos não se consubstancia em termos físicos. Mesmo assim, os países aceitam os critérios que se utilizam para estimar as informações econômicas das Contas Nacionais ao referir-se à produção deste setor. A dimensão atual que estas atividades têm na economia demonstra que este crescimento não pode ser estudado como uma etapa decorrente da substituição da produção industrial pela de serviços dentro da lógica determinada pelas etapas de crescimento, como foram definidas por Rostow (1953).

Na visão etapista do desenvolvimento econômico esta explica a forma do crescimento e não as suas causas. Assim, a busca de uma explicação da evolução da estrutura econômica tem se detido na relação entre indústria e serviços e em que medida isso constitui um processo inter-relacionado. Os serviços crescem, porém esta expansão contribui para o crescimento dos demais setores econômicos? Najberg e Vieira (1997), analisando o impacto de choques de demanda na geração de emprego, concluem que os serviços não são setores-chave¹⁶ porque impactam pouco os demais setores econômicos.

¹⁴ Segundo Tokman (1995), não é claro o papel que desempenha historicamente o setor secundário na absorção da mão-de-obra: expansão em alguns países e contração em outros, porém em geral um crescimento do emprego menor que no terciário.

¹⁵ Do ponto de vista da distribuição do PIB pelos setores econômicos, a evidência da expansão dos serviços, para os últimos 30 anos, é enorme. Para o conjunto dos países do OCDE, o setor serviços, no início da década de 90, alcançava quase 65% do PIB [Sáez (1993)].

¹⁶ Estes são definidos segundo a possibilidade de os setores econômicos acelerarem o processo de crescimento. Esta característica dos setores ter um maior poder de encadeamento na cadeia produtiva é uma técnica de análise elaborada por Rasmussen (1956) e Hirschman (1958) para calcular os índices de interligação dos setores econômicos para trás e para frente com base na Matriz de Insumo-Produto.

O Crescimento do Setor Serviços: o Teste da Hipótese de Doença de Custos

A análise da participação do setor Serviços na geração do PIB e a constatação desta mudança estrutural é um dos pontos mais discutidos na literatura econômica sobre o setor. Existem duas correntes que procuram explicar o crescimento dos serviços à medida que a renda **per capita** se eleva: uma afirma que elasticidade-renda da demanda dos serviços é superior a 1 (Lei de Engel); outra defende a idéia de que a maior participação dos serviços na renda e no emprego seria fruto de um crescimento de produtividade desigual entre os setores. Neste caso, a causa é o baixo crescimento da produtividade do setor Serviços e a uniformidade dos salários da economia, concorrendo para que os salários dos serviços acompanhem o crescimento dos salários dos setores de alto crescimento da produtividade. Há uma tendência para o **inchamento** do setor, que resulta no que a literatura denominou **doença de custos**. Por esta interpretação, a participação dos serviços no produto a preços constantes não deve crescer com a elevação da renda **per capita**.

Os testes empíricos internacionais refutaram, em grande medida, a hipótese de elasticidade-renda superior a 1 [Kravis **et alii** (1983) e Gutiérrez (1993)]. A única exceção se dá no caso de serviços não-mercantis, que tendem a apresentar um crescimento correlacionado com a renda, conseqüência do papel do governo na formação de um estado de bem-estar e do surgimento de associações privadas que visam à redução de diferenças sociais [Gutiérrez (1993)].

A hipótese de **doença de custos** aparenta ser, contudo, sustentada pelos resultados empíricos apresentados pela literatura econômica internacional. Os resultados empíricos internacionais apresentam, no entanto, alta relação com as hipóteses formuladas pela **doença de custos**. Um dos trabalhos mais importantes a este respeito foi realizado por Baumol, Blackman e Wolf (1985, 1991). Estes autores calcularam a ocorrência, para o caso norte-americano, de importantes diferenciais de produtividade entre os setores econômicos. Os dados sugerem que grande parte dos setores de serviços apresenta um crescimento da produtividade em níveis muito inferiores aos demais setores da economia, concluindo que, em grande medida, o reduzido crescimento é conseqüência da elevada intensidade de mão-de-obra de algumas atividades do setor.

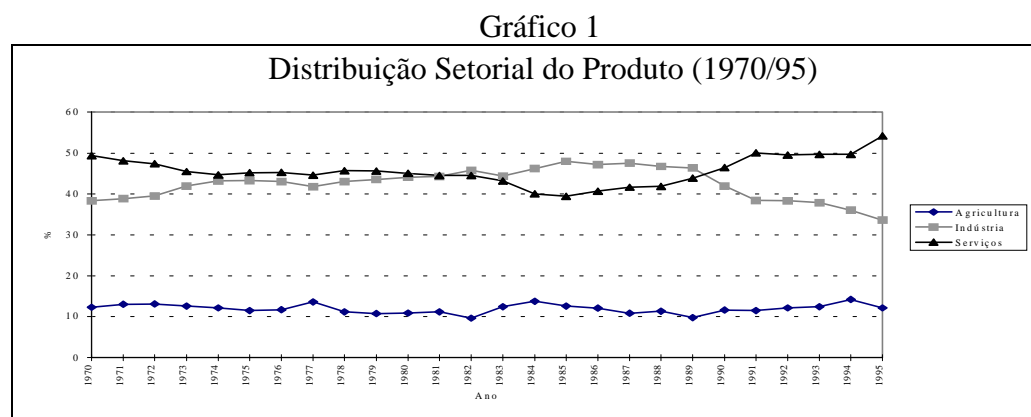
Petit (1993), analisando a evolução da produtividade, do salário, dos preços e do lucro para os Estados Unidos, o Japão e a França, entre 1970 e 1990, também chega a resultados que sugerem a confirmação da hipótese de **doença de custos**. Por um lado, o crescimento da produtividade dos serviços, tanto intermediários, quanto finais, é inferior àquele da indústria, para todos os países analisados. Por outro, o crescimento dos salários é semelhante em todos os casos, com exceção do norte-americano,¹⁷ e, por fim, o crescimento dos preços dos serviços é superior em todos os casos.

¹⁷ Neste caso, talvez seja interessante chamar a atenção para a maior flexibilidade do mercado de trabalho no caso norte-americano.

Quando analisada a evolução da participação dos Serviços nas economias desenvolvidas, percebe-se que existe uma alta correlação entre o tamanho do setor, tanto no que se refere ao PIB a preços correntes, quanto no que se refere à quantidade de trabalho empregada, com o nível de renda **per capita**. Contudo, quando o PIB é medido a preços constantes, esta correlação se desfaz. O teste de Baumol *et alii* (1991) apresenta um R^2 igual a 0,40 e um coeficiente positivo e significativo a 99%, correlacionando a parcela dos serviços a preços correntes com o nível real de renda **per capita**. No entanto, quando o PIB é medido a preços constantes, o R^2 é igual a 0,04 e o coeficiente é negativo e não-significativo.

Embora comprovada empiricamente para países desenvolvidos, a aplicação da hipótese de **doença de custos** para o caso de economias em desenvolvimento pode parecer precipitada. Em primeiro lugar, enquanto nas economias desenvolvidas o processo de industrialização se encontra consolidado, reduzindo o espaço para transformação estrutural por intermédio da implantação de novos setores da indústria de transformação, nas economias em desenvolvimento a possibilidade deste tipo de mudança ainda não se esgotou, ou se completou apenas recentemente. Esta seção procura adicionar elementos para esta análise, testando a hipótese da **doença de custos** para o caso brasileiro.

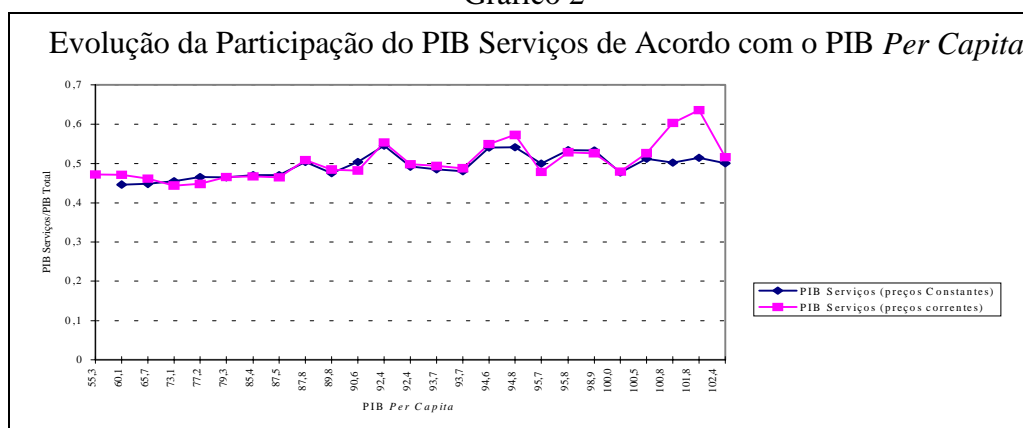
O Gráfico 1 apresenta a distribuição do PIB brasileiro em três setores, a preços correntes, entre 1970 e 1995. Pode-se perceber que o comportamento do PIB de serviços não segue a previsão da literatura internacional. Durante os 15 primeiros anos do período, ao contrário do que seria esperado, a participação dos serviços no PIB, a preços correntes, reduz-se de quase 50% para 40%. Esta redução é acompanhada por um aumento da participação da indústria de transformação, denotando o dinamismo da industrialização no período. No entanto, de 1985 em diante, com a recessão econômica, há um crescimento relativo do setor serviços a preços correntes, que ocupa, neste caso, o espaço deixado pela indústria de transformação, seguindo, a partir de então, trajetória semelhante àquela apresentada pelos países desenvolvidos no pós-guerra.



Fonte: DIPES/IPEA.

O Gráfico 2, que relaciona PIB serviços a preços correntes e constantes com crescimento da renda **per capita**, sugere que a hipótese de **doença de custo** [Baumol (1967)] não se confirma para o caso brasileiro. Em primeiro lugar, seria esperado um crescimento do PIB de serviços a preços correntes superior ao do PIB de serviços a preços constantes. Contudo, conforme pode ser observado, as duas medidas do PIB mantêm trajetórias semelhante.

Gráfico 2



Fonte: DIPES/IPEA.

A Tabela 1 apresenta os resultados de regressões relacionando PIB **per capita** com PIB de serviços, a preços correntes e a preços constantes. Pode-se perceber que as equações têm desempenho melhor quando o PIB é medido a preços constantes, resultado exatamente inverso àquele sugerido por Baumol *et alii* (1991). Assim, não parece haver evidência de que a trajetória seguida pelos serviços, a partir da década de 70, tenha sido impactada pela **doença de custos**.

Tabela 1
Regressão Mínimos Quadrados*

	LN PIB Preços Constantes	PIB Preços Constantes	LN PIB Preços Correntes	PIB Preços Correntes
Constante	-2,1326 (-7,407)	0,32455 (9,003)	-2,1257 (-5,062)	0,30806 (5,581)
LN PIB Per Capita	0,31772 (4,955)		0,32176 (3,427)	
PIB Per Capita		0,18904E-02 (4,741)		0,22272E-02 (3,602)
Observações	24	24	25	25
R ²	0,52741	0,50541	0,33804	0,36072
F	24,55	22,48	11,75	12,98

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados das Contas Nacionais, DIPES/IPEA.

*Valores t de Student entre parênteses.

A desagregação do produto por subsetores de serviços permite perceber que este resultado é consequência de uma evolução interna dos serviços não-uniforme.¹⁸ Os dados nos Gráficos 3a a 3e estão contabilizados a preços correntes e constantes de 1995. Significa que, quando a curva de preços correntes estiver acima da curva de preços constantes, e caminhar na direção de sua igualdade em 1995, a participação do produto do subsetor a preços constantes cresceu mais (decreceu menos) do que a participação do produto a preços correntes; e, conseqüentemente, quando a curva a preços constantes estiver acima da curva a preços correntes, o contrário se estabeleceu.

Gráfico 3a
Evolução do Produto do Comércio a Preços Correntes
e a Preços Constantes (1970/95)^a

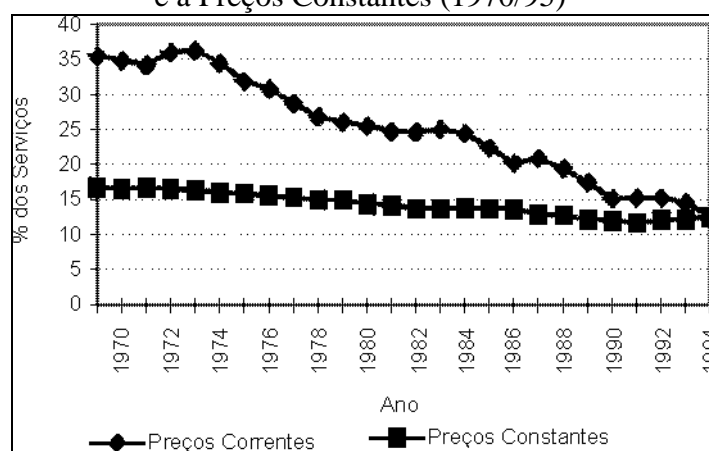
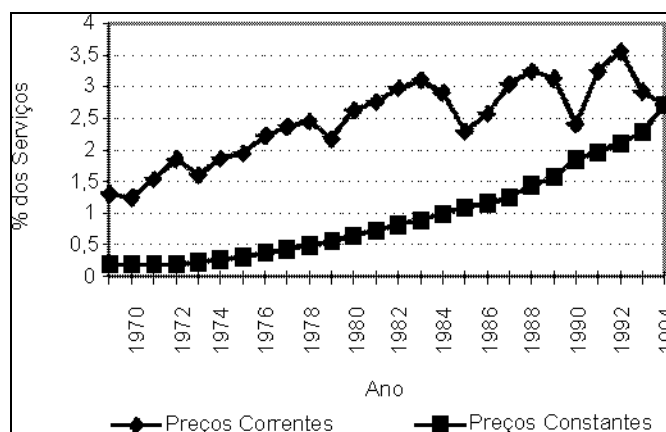


Gráfico 3b
Evolução do Produto de Comunicações a Preços Correntes
e a Preços Constantes (1970/95)^a



¹⁸ Deve-se mencionar que não será analisado o subsetor de instituições financeiras, em razão de se estar excluindo intermediação financeira do PIB, cuja inclusão implicaria a estimação de seu tamanho do subsetor de instituições financeiras acima do efetivo (fazendo com que o tamanho dos serviços, medido em produto, variasse mais de 10 pontos percentuais, em períodos de alta inflação). Por outro lado, a sua retirada do cálculo das contas nacionais gera valor adicionado negativo, o que também não é razoável.

Gráfico 3c
Evolução do Produto de Outros Serviços a Preços Correntes
e a Preços Constantes (1985/95)^{a,b}

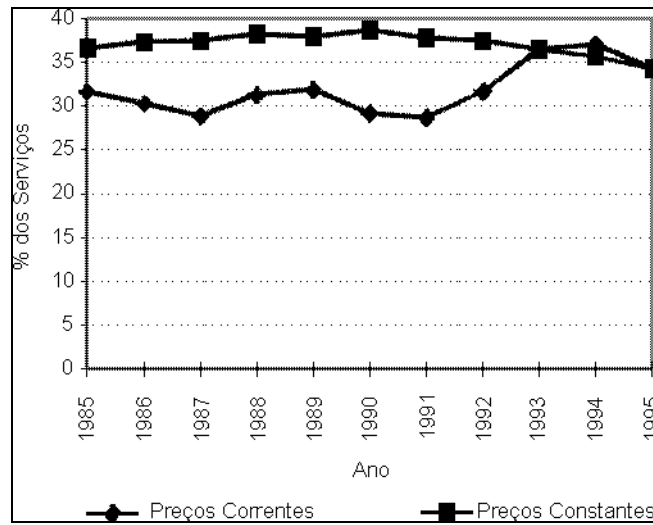


Gráfico 3d
Evolução do Produto de Transporte a Preços Correntes
e a Preços Constantes (1970/95)^a

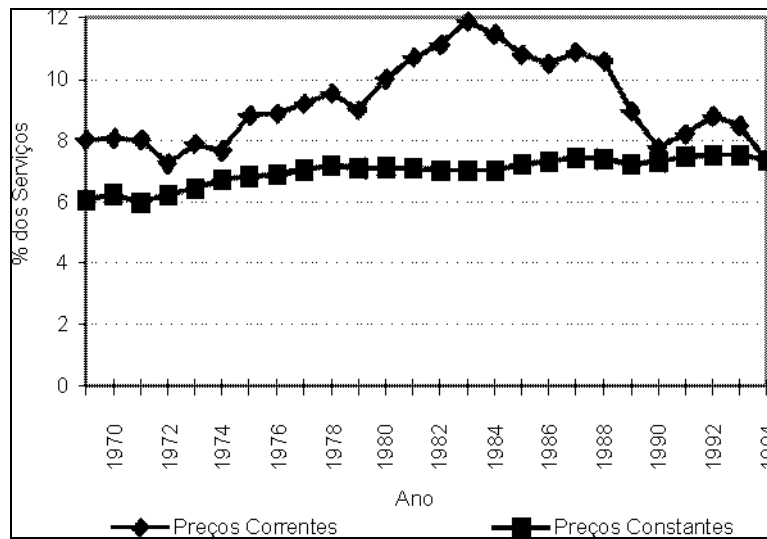
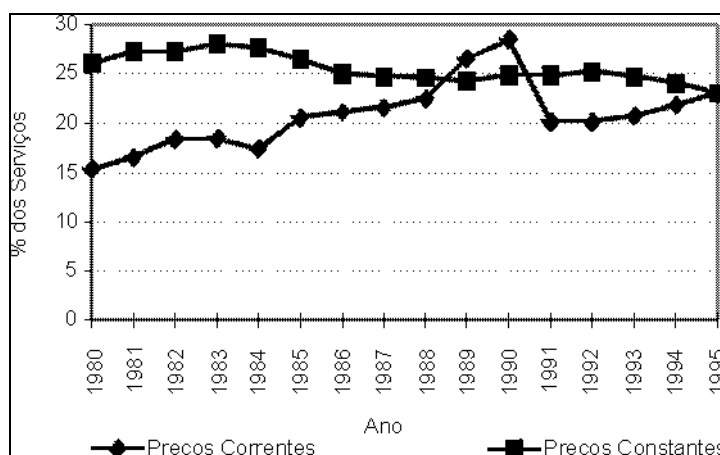


Gráfico 3e
Evolução do Produto da Administração Pública a Preços Correntes
e a Preços Constantes (1980/95)^{a,d}



- a) Dados sem intermediação financeira.
 b) Dados para Outros Serviços não-disponíveis a preços constantes no período anterior a 1985.
 c) Dados para Administração Pública não estão disponíveis preços constantes no período anterior a 1980.
 d) Preços constantes de 1995.

Pode-se perceber que para comércio, comunicações e transportes, houve um decréscimo da participação do produto a preços correntes em relação ao produto a preços constantes, o que indica uma redução dos preços relativos destes segmentos, o que não confirma a hipótese de **doença de custos** para estes subsetores. A participação do comércio em geral apresentou um decréscimo. Em 1970, o comércio representava pouco mais de 35% do PIB de serviços a preços correntes e era de 17% a preços constantes de 1995, reduzindo-se para cerca de 12%. No caso de comunicações observa-se um crescimento de sua participação no PIB de serviços tanto a preços constantes quanto a preços correntes, com sua participação a preços constantes de 1995 saltando de menos de 0,5% do PIB de serviços, em 1970, para pouco menos de 2,5%, em 1995. Este processo deve refletir o fato de o subsetor comunicações ser um segmento com elevado ritmo de progresso técnico, criação de novos produtos e aumento de sua importância na economia mundial e nacional. O subsetor de transportes apresentou uma evolução mais estável. Em 1970, ele representava 8% do PIB de serviços, a preços correntes, e 6%, a preços constantes de 1995. Entre 1975 e 1983, há um salto em sua participação no PIB de serviços, a preços correntes, alcançando 12%, provavelmente em consequência da alta dos preços do petróleo. A partir de então, sua taxa de participação a preços correntes decresce, chegando a pouco menos de 8%. Deve-se ressaltar que, de acordo com Baumol *et alii* (1991), estes são justamente os segmentos menos passíveis de sofrerem de **doença de custo**, em razão de terem apresentado elevados incrementos de produtividade nos últimos anos.

Os subsetores da administração pública e outros serviços apresentam variações menores. Embora se identifique um pequeno decréscimo de suas taxas de participação no PIB Serviços a preços constantes, e a preços correntes haja uma elevação, o que evidenciaria o diagnóstico de **doença de custos**, fatores relacionados à precariedade da base de dados tornam necessário um maior cuidado com essa conclusão.

No caso da administração pública, este comportamento pode refletir três tipos de fatores. Primeiro, conforme já identificado por Gutiérrez (1993) para o caso de seis países da OCDE, o setor público tem um claro comportamento anticíclico, isto é, o nível de atividade dos diversos segmentos da economia tende a ser uma função do nível de demanda efetiva da economia, enquanto o dispêndio público assume trajetória mais estável. Segundo, a política salarial para o setor público (em seus diversos níveis) tende a influenciar o resultado final. Para o caso brasileiro, conforme pode ser observado no Gráfico 3e e a partir de 1984, com a ascensão da Nova República, foram implementadas políticas salariais mais liberais no setor público. Em 1990, há um ponto de inflexão, fruto da política de contenção de despesas e redução dos salários estabelecida pelo governo Collor. Ao mesmo tempo, o gráfico sugere uma perda de participação relativa do setor público que cai de cerca de 26% para 23% do PIB de serviços, a preços constantes de 1995. Terceiro, o produto deste subsetor é estimado a partir de seu insumo **dispêndio público**, o que pode dificultar sua correta mensuração, por não ser capaz de captar aumentos de produtividade.

No caso de **outros serviços**, três aspectos devem ser ressaltados: primeiro, assim como na administração pública, existem dificuldades na medição de seu produto que, na ausência de censo econômico,¹⁹ é realizada pela atualização dos valores em termos da evolução da mão-de-obra empregada. Logo, há grande imprecisão na mensuração do produto a preços constantes, em razão de não se captarem nas estatísticas de contas nacionais possíveis ganhos de produtividade. Segundo, o período analisado é extremamente reduzido para se estabelecer uma tendência. Terceiro, há elevado grau de heterogeneidade entre os segmentos que fazem parte de outros serviços. Alguns apresentam elevado nível de progresso técnico, como **software**, enquanto outros se caracterizam pela estagnação. Estes elementos tornam difícil uma análise mais precisa da evolução do segmento.

Desta maneira, pode-se concluir que, por um lado, uma série de subsetores de serviços no Brasil tem um comportamento não-condizente com a hipótese de **doença de custos** e, por outro, os subsetores de serviços em que os dados apontam indícios de **doença de custos** estão sujeitos a graves problemas de mensuração, o que limita a análise por intermédio da metodologia de cálculo das Contas Nacionais.

¹⁹ O último Censo Econômico do Brasil foi publicado em 1985.

Crescimento dos Serviços Intermediários

A literatura econômica contemporânea consagra a necessidade de se analisar o setor Serviços, de forma desagregada para melhor compreender o papel representado pelas três fontes distintas que moldam seu crescimento. Esta ótica entende que a demanda por serviços obedece à seguinte lógica: serviços finais privados, que dependem do consumidor individual no mercado, são influenciados pelo grau de urbanização e mudanças demográficas; os serviços intermediários ou prestados às empresas cuja expansão depende das decisões dos produtores de bens e os serviços públicos cuja demanda depende de decisões eminentemente políticas definidas pela sociedade. Gershuny (1987) sustenta que o crescimento dos serviços está centrado nos segmentos que destinam sua produção ao consumo intermediário e, principalmente, na demanda que emerge do setor industrial. Desta maneira, ao contrário do que seria esperado, uma economia de serviços estaria destinada ao consumo de bens,²⁰ que dariam a dinâmica em última instância do crescimento do setor Serviços, refletindo uma tendência à elevação do grau de especialização presente no setor e, por conseguinte, aumentando o ritmo de crescimento da produtividade da economia. Momigliano e Siniscalco (1986) caminham na mesma direção de Gershuny, sugerindo um papel predominante para a demanda intermediária de serviços, fruto do desenvolvimento do setor de bens. Por sua vez, Gutiérrez (1993) argumenta pela ocorrência de um comportamento cíclico por parte dos serviços. Neste caso, a evidência por ele levantada aponta para um crescimento superior da demanda intermediária somente nos períodos de crescimento da economia — a reboque dos demais setores, conforme apontado por Gershuny (1987) e Momigliano e Siniscalco (1986) — porém, nos períodos de crise, o centro dinâmico dos serviços seria deslocado para o governo e os serviços privados não-mercantis, que manteriam um ritmo de crescimento constante em todos os períodos.

Em trabalho recente, estas hipóteses foram testadas por Flores e Santos (1995), para o Brasil durante a década de 70, utilizando as matrizes insumo-produto de 1970 e 1980. Eles concluem que, durante o período, os serviços intermediários cresceram acima dos demais segmentos de serviços. Particularmente, encontram evidência de um elevado grau de externalização das atividades de serviços na economia brasileira. No entanto, a análise feita para o período 1985/92, a partir das matrizes insumo-produto, não permite chegar a conclusão semelhante. Pode-se perceber, a partir da Tabela 2, que a proporção da produção de serviços destinada ao consumo intermediário sofre pouca alteração no período — embora haja decréscimo entre 1985 e 1990 para, em seguida, subir entre 1990 e 1992. Este resultado sugere a não-confirmação, para a economia brasileira neste período, da hipótese de Gershuny (1987) de determinação da dinâmica dos serviços a partir do consumo intermediário.

²⁰ Uma vez que os segmentos de serviços que destinam sua produção ao consumo final sofreriam uma substituição de seus produtos por **auto-serviços**.

Tabela 2
Distribuição da Produção Setorial Segundo Categoria de Destino

Setor	Consumo Intermediário			Demanda Final		
	1985	1990	1992	1985	1990	1992
Agropecuária	68,52	66,06	68,38	31,48	33,94	31,62
Mineração	82,30	78,65	72,94	17,70	21,35	27,06
Indústria de Transformação	58,03	60,36	58,54	41,97	39,64	41,46
Serv. Ind. Util. Pública	74,13	70,86	69,13	25,87	29,14	30,87
Const. Civil	12,09	10,56	10,01	87,91	89,44	89,99
Serviços	45,48	41,76	44,66	54,52	58,24	55,34
Serviços de Mercado	56,51	55,55	56,02	43,49	44,45	43,98
Serviços Não-Mercantis	-	-	-	100,00	100,00	100,00
Total	51,90	49,48	50,01	48,10	50,52	49,99

Fonte: IBGE, Matriz Insumo-Produto, 1985, 1990, 1992.

Todavia, conforme apontado anteriormente, o maior crescimento dos serviços intermediários deveria ser em decorrência de três efeitos distintos: **a)** o aproveitamento de economias de escala presentes na esfera do mercado e ausentes na firma; **b)** o surgimento de novos segmentos e produtos; e **c)** a intensificação dos serviços terceirizados pelas empresas. Assim, a constatação de crescimento não mais do que proporcional poderia estar denotando a baixa intensidade de ocorrência destes fenômenos. Esta suspeita deve, no entanto, ser vista com cautela. A Tabela 3 apresenta a distribuição setorial das demandas intermediária, final e total. Pode-se perceber que, no período, há um crescimento bastante elevado da participação dos serviços no total tanto da demanda final, quanto da demanda intermediária da economia.

Logo, pela matriz insumo-produto, nestes anos, houve um grande crescimento do setor serviços como um todo. Este período é também caracterizado por um reduzido crescimento do setor industrial. Desta maneira, apesar de a produção industrial total se reduzir, houve um aumento da participação dos serviços em seu consumo intermediário. Há, portanto, indícios de um certo dinamismo da demanda intermediária. Ao mesmo tempo, se for considerada a hipótese levantada por Gutiérrez (1987) sobre o papel anticíclico dos serviços, a expectativa seria de uma elevação da demanda intermediária em períodos de maior crescimento, conforme evidenciado na análise de Flores e Santos (1995).

Tabela 3
Brasil — Distribuição Setorial das Demandas Intermediária, Final e Total
(preço básico)*

(Em %)

Setor	Demanda Intermediária			Demanda Final			Demanda Total		
	1985	1990	1992	1985	1990	1992	1985	1990	1992
Agropecuária	9,86	8,01	8,03	4,89	4,03	3,71	7,47	6,00	5,87
Mineração	3,32	2,24	1,91	0,77	0,60	0,71	2,09	1,41	1,31
Indústria de Transformação	50,73	48,25	43,56	39,58	31,04	30,86	45,37	39,55	37,21
Siup	2,82	3,77	4,41	1,06	1,52	1,97	1,97	2,63	3,19
Construção Civil	1,63	1,63	1,36	12,76	13,52	12,27	6,98	7,64	6,82
Serviços	31,65	36,09	40,72	40,94	49,30	50,48	36,12	42,76	45,60
Serviços de Mercado	31,65	36,09	40,72	26,28	28,28	31,97	29,07	32,15	36,35
Serviços Não-Mercantis	-	-	-	14,66	21,02	18,51	7,05	10,62	9,25

Fonte: IBGE, Matriz Insumo-Produto, 1985 e 1990.

*Optou-se por trabalhar com a demanda final a preços básicos porque permite a visualização da real contribuição dos segmentos de transporte e comércio, não cobertos quando analisados a preços de mercado. Posteriormente, este fenômeno será analisado em separado.

3.2 - A Terciarização da Economia Brasileira do Ponto de Vista do Emprego

O papel desempenhado pelo crescimento do emprego terciário na economia mundial foi a principal mudança estrutural ocorrida nestas economias nas últimas décadas: em todos os países ocidentais, o emprego nos serviços expandiu-se extraordinariamente. Nos Estados Unidos, essa participação cresceu 10 pontos percentuais (1967/87); no Japão expandiu-se em 13,5% (1967/89) e na Alemanha aumentou 14% (1964/87). No caso japonês, este crescimento se deu em detrimento do setor agropecuário, enquanto nos casos alemão e norte-americano deveu-se à retração do setor industrial [Gutiérrez (1993, p. 86)].²¹

No Brasil, tal expansão no emprego terciário também é um fato, desde o avanço do processo de industrialização por substituição de importações nos anos 40. Segundo Almeida e Silva (1973, p. 149-150), a industrialização e urbanização provocaram um acréscimo da força de trabalho nas atividades terciárias, principalmente nos ramos que exigem menor qualificação — caracterizando o setor Serviços como importante absorvedor de mão-de-obra urbana pouco qualificada. A importância do setor Serviços neste século é explicada por dois movimentos distintos: **a)** no processo de desenvolvimento, a expansão da produção industrial e da agropecuária exigiu um aumento das atividades de distribuição de mercadorias e dos serviços financeiros, ramos de atividades estritamente relacionados com a produção de bens. Neste caso, a expansão destes serviços seria uma resposta às necessidades de construção dos segmentos modernos; **b)** a urbanização nos países periféricos foi acompanhada, de modo

²¹ Nesses anos a diminuição do emprego agrícola e industrial nesses países está associada ao crescimento da produtividade do trabalho, pois, para o caso específico do setor agropecuário, a queda no emprego é muito superior à diminuição da produção.

geral, por um aumento da força de trabalho nos serviços e na construção civil, devido à expulsão de mão-de-obra, resultante da utilização de novas técnicas nos segmentos arcaicos e à incapacidade de geração de postos de trabalho pela indústria de transformação. Desta maneira, a recepção da mão-de-obra de migrantes de baixo grau de qualificação que buscaram a cidade foi realizada pelas atividades mais tradicionais do comércio e da prestação de serviços pessoais.

Um outro aspecto relevante na análise do setor Serviços refere-se ao seu importante desempenho na atenuação dos movimentos cíclicos na economia. Tal processo foi observado mundialmente, porque se evidenciou uma maior estabilidade do emprego nos serviços em relação às oscilações da conjuntura econômica, que se deveu tanto à importante presença da administração pública (saúde, educação, segurança) no setor — cuja oferta depende mais de injunções políticas que econômicas [Petit (1983), e Cuadrado Roura (1993)] — quanto à própria configuração do mercado de produtos das demais atividades de serviços. Com baixa intensidade de capital e predominância de pequenos estabelecimentos, os serviços têm uma estrutura setorial difícil de ser monitorada por órgãos governamentais. Ademais, algumas de suas atividades não têm barreiras à entrada relevantes. Está mais sujeito, assim, à absorção de mão-de-obra expulsa de outros setores que não encontra postos de trabalho nos segmentos mais formalizados da economia. O setor Serviços assume, assim, uma função de **colchão amortecedor**, muitas de suas atividades servindo como refúgio dos desempregados da reestruturação industrial (Tabela 4).

Tabela 4

Brasil — Participação do Setor Serviços na Ocupação Total

(Em %)

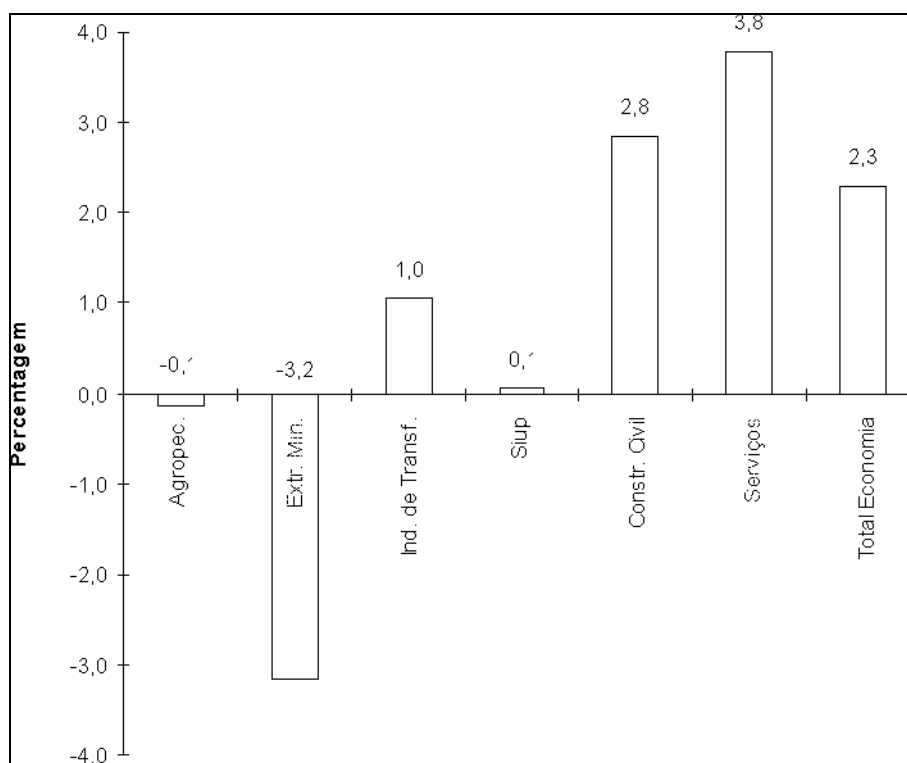
Ano	Participação dos Serviços na Ocupação Total
1985	49,3
1990	54,4
1995	54,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Observa-se no Gráfico 4 que, no caso brasileiro, a agropecuária e a indústria extrativa mineral tiveram taxas de crescimento da ocupação negativas, a indústria de transformação manteve apenas uma taxa média de aumento do número de postos de trabalho em torno de 1,0%, enquanto os serviços e a construção civil apresentaram, respectivamente, 3,8% e 2,8% de crescimento de sua força de trabalho, resultando em uma taxa média de 2,3% para o total da economia. Os serviços e a construção civil sustentaram, portanto, a expansão da ocupação durante esta década. Assim, o crescimento tendencial do peso da ocupação do setor Serviços na ocupação total revela a importância assumida por estas atividades na geração de postos de trabalho ao longo da última década. Todavia, a evolução do emprego no setor Serviços no período 1985/95 não foi linear. A década apresentou dois movimentos distintos no que se refere à absorção de mão-

de-obra: entre 1985 e 1990 a participação da ocupação do setor Serviços na ocupação total cresceu significativamente em todo o país, enquanto entre 1990 e 1995 a sua participação se manteve estável (Tabela 6).

Gráfico 4
Brasil — 1985/95
Taxa Média Anual de Crescimento da Ocupação nos Setores Econômicos (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

É interessante observar o contraste existente entre a evolução da ocupação e do produto nestes subsetores. Conforme se demonstrou na subseção anterior, há um decréscimo da participação relativa do produto de comércio (tanto a preços constantes quanto a preços correntes) e uma redução da participação do produto de outros serviços a preços constantes, embora haja um crescimento a preços correntes (ver Gráficos 3a e 3c e Tabela 5). Por sua vez, enquanto a participação de Comunicações no produto cresce sensivelmente no período (Gráfico 3b), tanto a preços correntes quanto a preços constantes, sua participação na ocupação apresenta um pequeno decréscimo. Já transportes e administração pública não apresentam discrepâncias relevantes.

Tabela 5
Brasil — Estrutura da Ocupação do Setor Serviços por Subsetor

(Em %)						
Ano	Comércio	Transportes	Comunicação	Inst. Fin.	Administração Pública	Outros Serviços
1985	20,95	6,37	0,89	4,76	17,72	49,31
1990	22,09	6,43	0,76	3,52	17,74	49,46
1995	22,53	5,92	0,77	2,36	16,57	51,86

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE.

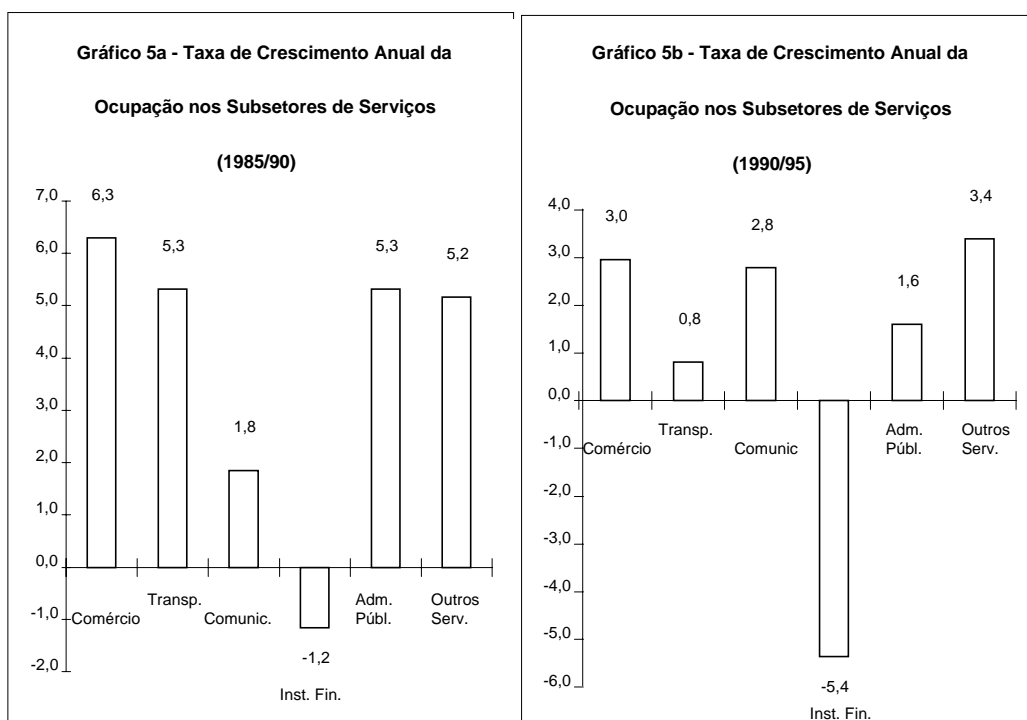
Tabela 6
Brasil — Participação dos Segmentos de Comércio na Ocupação do Subsetor

(Em %)					
Ano	Comércio	Ambulante	Feiras	Supermerc.	Lojas de dep.
1985	68,09	15,69	4,65	9,31	2,12
1990	68,89	16,84	4,54	7,84	1,76
1995	67,22	21,18	2,78	7,66	1,08

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE.

Apesar de absorverem uma proporção crescente da mão-de-obra da economia, os subsetores de serviços apresentam um crescimento bastante heterogêneo. No primeiro quinquênio, destacam-se os segmentos de Comércio, Transportes, Outros Serviços e Administração Pública, que assumem uma taxa anual de crescimento significativamente superior à dos demais setores da economia. Já no segundo quinquênio, a distância entre os subsetores de serviços e a média da economia se reduz bastante; o Comércio e Outros Serviços se mantêm em situação de destaque, enquanto Administração Pública e Transportes têm suas taxas de crescimento reduzidas significativamente. Ao mesmo tempo, o segmento Comunicações tem sua capacidade de geração de serviços incrementada (Gráficos 5a e 5b).

Parte da explicação deste comportamento pode ser fornecida pela precariedade de alguns dados das contas nacionais. Como se ressaltava acima, elas não captam adequadamente ganhos de produtividade na rubrica Outros Serviços, nem apresentam uma avaliação satisfatória da variação de seus preços. Outra parte da explicação advém de diferenças nos ganhos de produtividade entre os subsetores. Comunicações e Transportes estão sujeitos à maior introdução de progresso técnico e sua evolução tem sido relevante nos últimos anos. Assim, seria esperado que o aumento de sua participação em alguns segmentos pudesse vir a ser



Fonte: PNAD/IBGE.

resultado da introdução de novas técnicas incorporadas em equipamentos e não por intermédio da contratação de mão-de-obra. Tal seria refletido por um crescimento de seu produto real, superior ao produto nominal, conforme se expressou no Gráfico 3b e refletido na participação de sua mão-de-obra total, conforme se demonstrou na Tabela 5, que apresenta uma redução relativa da força de trabalho contratada pelo subsetor. Por fim, no caso de comércio, pode-se explicar esse comportamento pela composição do seu crescimento. Como será visto a seguir, as atividades de serviços informais se expandiram mais que as formais. Isso traz duas conseqüências: as contas nacionais captam com maior eficiência os rendimentos que provêm dos segmentos formais que dos informais e a produtividade do trabalho e seus rendimentos, conquanto possam ser inferiores nos segmentos informais, aumentam sua participação no emprego deste subsetor.

Setor Serviços: Principais Subsetores

As considerações até aqui desenvolvidas chamaram a atenção para o destacado papel de dois subsectores que compõem o setor Serviços — Comércio e Outros Serviços. Em conjunto, estes são responsáveis por cerca de 75% da ocupação total do setor Serviços no Brasil, tendo sido os subsectores que mais cresceram em termos de postos de trabalho entre 1985 e 1995. Essas evidências justificam um estudo mais detalhado, possível de ser realizado por intermédio da desagregação das atividades que o compõem.

O Subsetor Comércio

As informações da PNAD/IBGE permitem abrir as atividades comerciais em cinco grupamentos específicos: comércio propriamente dito, comércio ambulante, feiras, supermercados e lojas de departamento. Na Tabela 6 está apresentada a ocupação em cada uma destas atividades. Nota-se que o comércio propriamente dito responde majoritariamente pela ocupação, com cerca de 2/3 desta, embora tenha uma taxa de participação ligeiramente declinante na década. O segundo item em hierarquia são as atividades de comércio ambulante,²² que apresentam um crescimento bastante elevado, maior do que todos os segmentos do comércio e mesmo do total dos serviços.

Em 1985, o comércio ambulante representava apenas 15,69% do comércio total, alcançando 21,18% em 1995. Isto é resultado de um crescimento de 107% da ocupação no comércio ambulante, o que implica uma participação de 31,45% nos postos de trabalho gerados no comércio (Tabela 7). No entanto, como pode ser observado nessa Tabela, a maior parte dos postos de trabalho continuou a ser gerada por comércio propriamente dito, enquanto o número de postos de trabalho de feiras e lojas de departamento reduziu no período analisado e de supermercados praticamente estagnou. Lojas de departamento e supermercados aparentemente seriam segmentos com possibilidades de crescimento elevado da produtividade, o que explicaria o comportamento destes segmentos em relação aos postos de trabalho.²³

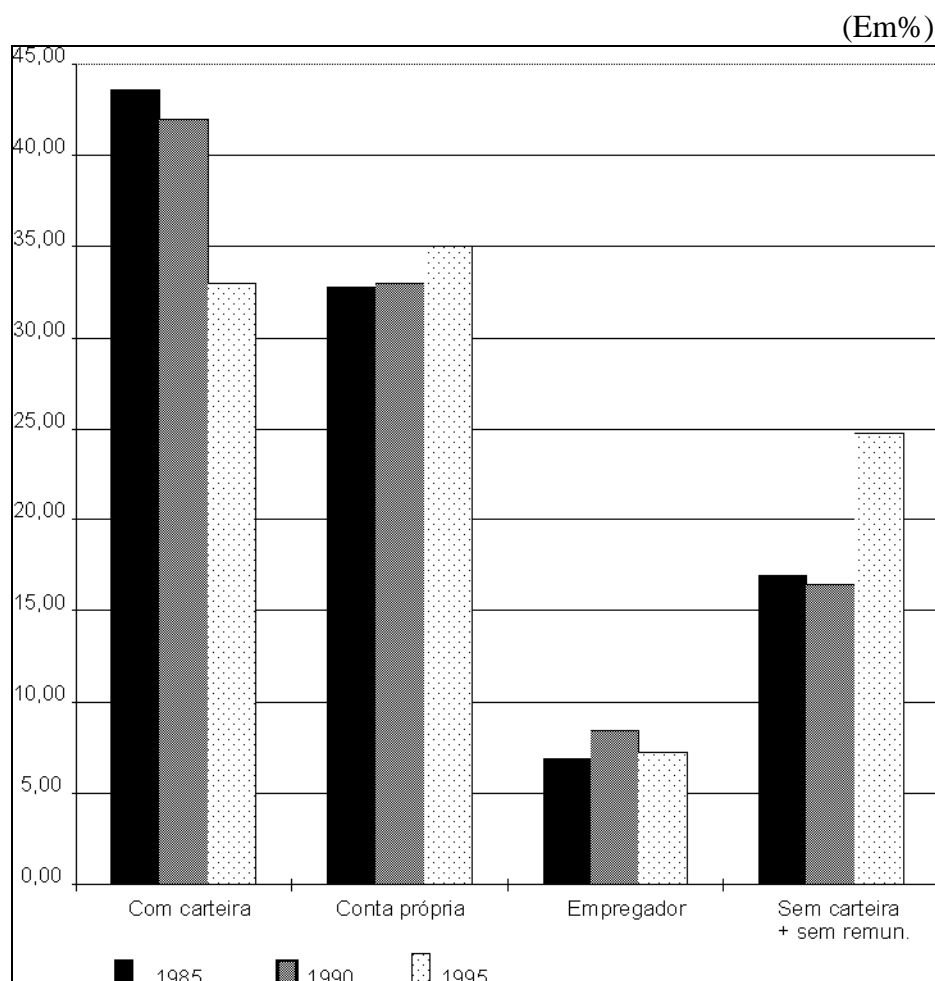
Como resultado deste processo de crescimento heterogêneo dentro do subsetor comércio, houve uma mudança radical no perfil da posição da ocupação. O Gráfico 6 mostra que há uma grande redução da percentagem da mão-de-obra com carteira de quase 44% para cerca de 33%. Este espaço foi ocupado por trabalhadores por conta própria ou sem carteira.

Assim, conforme a Tabela 7, os postos de trabalho gerados no período são, em sua maioria, de baixa qualidade, apresentando indícios de que o crescimento da ocupação dos serviços é uma resposta à incapacidade de geração de emprego nos segmentos formais da economia, podendo confirmar a idéia de que os serviços são absorvedores da mão-de-obra nos períodos de crise econômica.

²² O comércio ambulante abrange as atividades comerciais exercidas na rua e porta a porta.

²³ Pode-se ainda argumentar que recentemente houve uma concentração nestes dois segmentos, o que pode implicar redução da quantidade de emprego.

Gráfico 6
Evolução da Posição na Ocupação no Subsetor Comércio — 1985/95



Fonte: IBGE/PNAD.

Tabela 7
Brasil — Subsetor Comércio
Indicadores de Participação e Geração de Ocupação (1985/95)

Subsetor	Variação Percentual da Ocupação (1985/95)	Contribuição Percentual para o Aumento de Postos de Trabalho (1985/95)
Comércio	51,60	65,61
Ambulante	107,39	31,45
Feiras	-8,19	-0,71
Supermercados	26,31	4,57
Lojas de Departamento	-22,19	-0,88
Total	53,55	100,00

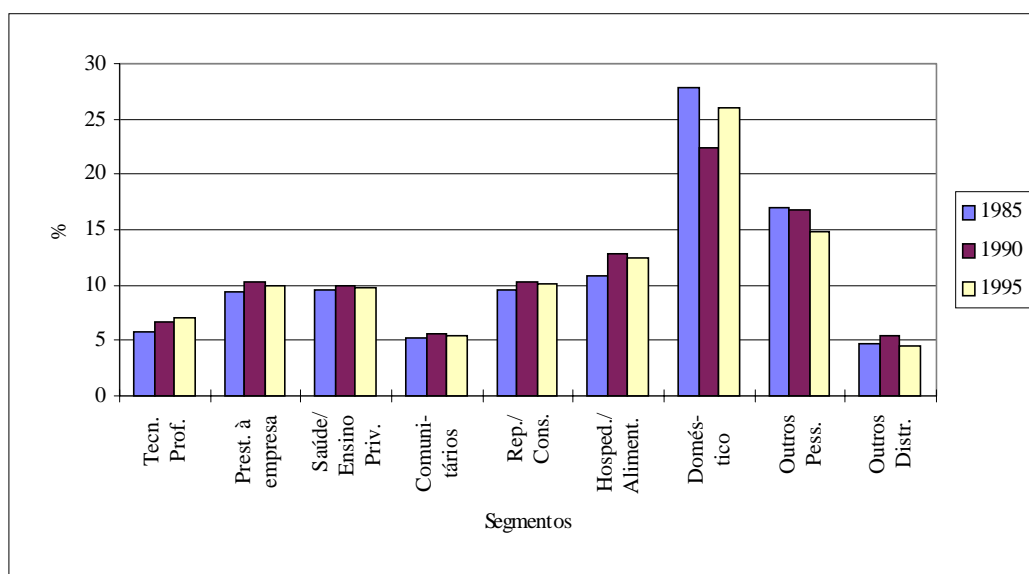
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE.

O Subsetor Outros Serviços

Na última década, as atividades que compõem os Outros Serviços das Contas Nacionais foram responsáveis por aproximadamente 50% da ocupação do setor Serviços brasileiro. Este subsetor é geralmente visto como aquele que abriga um enorme contingente de mão-de-obra de baixa qualificação e remuneração. Entretanto, as atividades que o compõem são significativamente heterogêneas, contendo segmentos associados à modernização tecnológica, como é o caso de algumas atividades dentro de serviços técnicos profissionais. A composição da ocupação do subsetor Outros Serviços no Brasil, pelas suas diversas atividades, pode ser observada por intermédio do Gráfico 7. Não se pode perceber mudanças radicais na ocupação do subsetor. Seus segmentos no geral mantêm a mesma participação durante os 10 anos da análise, com exceção de uma flutuação entre 1985 e 1990 do trabalho doméstico remunerado e de redução de serviços pessoais.

Gráfico 7
Evolução da Participação da Ocupação dos Segmentos Produtivos
dentro do Subsetor Outros Serviços

(Em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE.

A Tabela 8 permite avaliar a participação dos segmentos de Outros Serviços na criação de postos de trabalho do subsetor. Confirma a impressão causada pelo Gráfico 7 de elevado crescimento nos segmentos de técnicos profissionais e hospedagem/alimentação. No entanto, apesar de um ritmo de expansão inferior, mas em decorrência de seu elevado tamanho relativo, o segmento de serviço doméstico remunerado ainda é o que apresenta maior contribuição para a geração de postos de trabalho na década.

Tabela 8
Subsetor Outros Serviços
Indicadores de Participação e Geração de Ocupação — 1985/95

Segmentos	Varição Percentual da Ocupação (1985/95)	Contribuição Percentual para o Aumento de Postos de Trabalho (1985/95)
Técnicos Profissionais	78,64	9,20
Outros Serv. Empresas.	58,26	10,91
Saúde e Ensino	52,98	10,07
Comunitários	55,63	5,81
Reparação/Conservação.	58,74	11,27
Hospedagem/Alimentação	73,65	15,90
Doméstico Remunerado	40,09	22,31
Outros Pessoais	30,95	10,46
Outros Distributivos	44,28	4,09
Total	50,18	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE.

Quando se analisa a posição na ocupação de Outros Serviços (Gráficos 8a a 8d), pode ser observada uma queda na proporção da mão-de-obra empregada com carteira e de empregadores, uma redução de quase cinco pontos percentuais da mão-de-obra trabalhando por conta própria e uma elevação da participação da mão-de-obra sem carteira de cerca de oito pontos percentuais. Esta última tendência parece ser mantida em todos os segmentos, assumindo especial importância em hospedagem e alimentação e serviços pessoais. Já a mão-de-obra trabalhando por conta própria não varia uniformemente entre os segmentos de Outros Serviços: Técnicos Profissionais, Reparação e Conservação e Outros Serviços Distributivos apresentam uma trajetória ascendente. No entanto, constituem justamente os segmentos que apresentam as menores diminuições da mão-de-obra contratada sem carteira. Por outro lado, apenas serviços prestados às empresas têm uma elevação da taxa de participação de trabalhadores com carteira. Esses dados sugerem que, à exceção de serviços prestados às empresas, os demais segmentos caminharam na direção de flexibilizar as suas relações de trabalho. As respostas parecem, no entanto, ser variadas, com alguns segmentos reduzindo a contratação de uma maneira geral e outros aumentando o grau de informalidade (sem carteira). Como tendência geral, pode-se observar que o segundo subsetor que mais cresceu nos Serviços apresentou uma redução na qualidade dos postos de trabalho gerado. Isso sugere, mais uma vez, a idéia de que o crescimento nos serviços é uma resposta à oferta de mão-de-obra que não é absorvida em outros setores e que, desta maneira, procuram postos de trabalho inferiores. Há, portanto, indícios de que o crescimento da ocupação nos serviços é uma resposta à crise do emprego na economia.

Gráfico 8a
Participação da Mão-de-Obra Com Carteira na Mão-de-Obra Ocupada nos Segmentos do Subsetor Outros Serviços — 1985/95 (%)

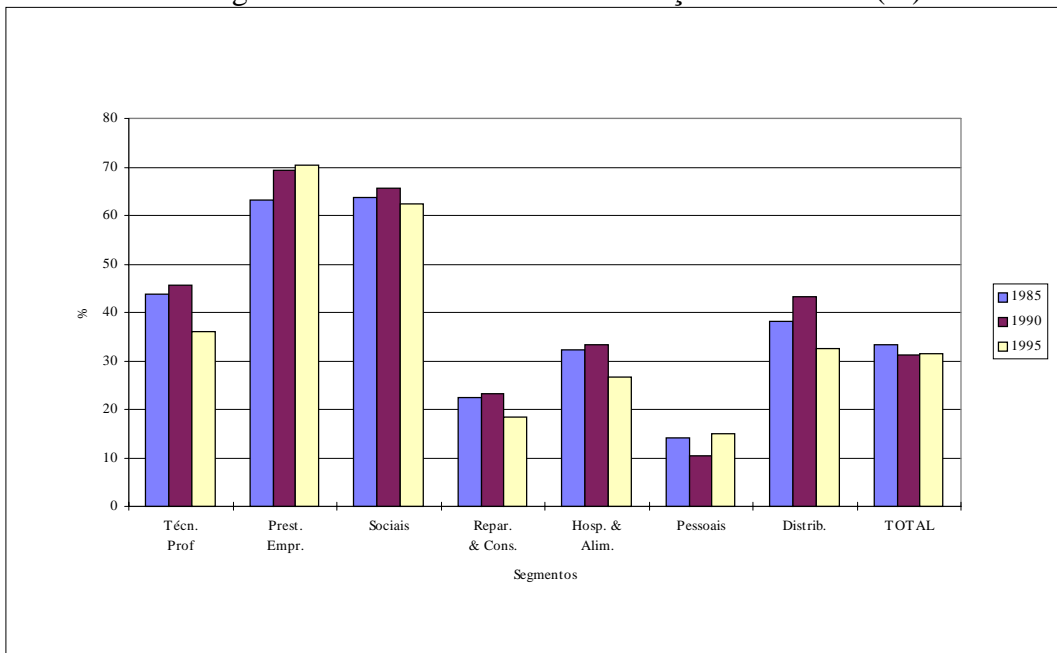


Gráfico 8b
Participação da Mão-de-Obra por Conta Própria na Mão-de-Obra Ocupada nos Segmentos do Subsetor Outros Serviços — 1985/95 (%)

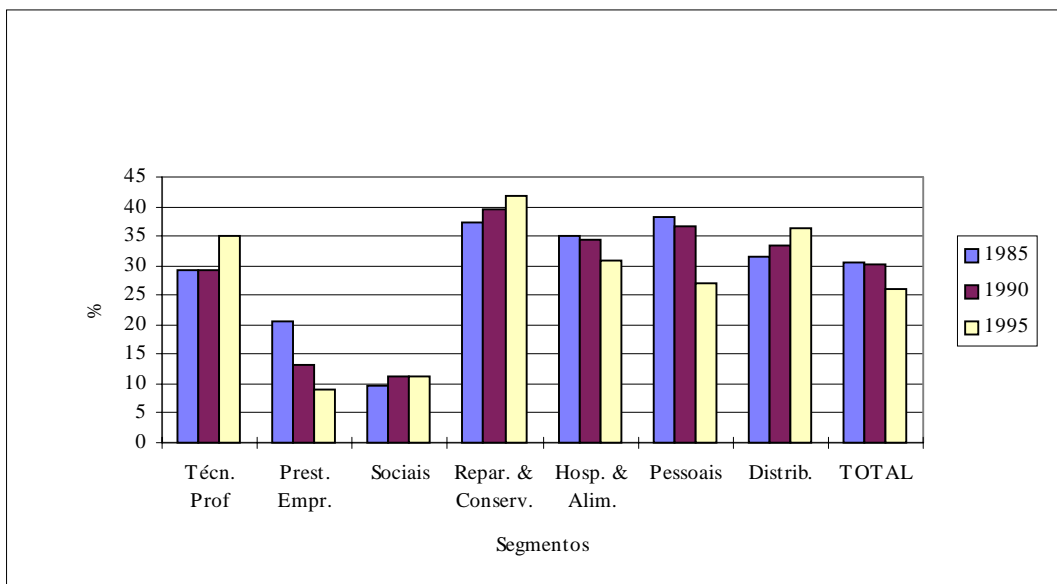


Gráfico 8c
Participação dos Empregados na Mão-de-Obra Ocupada no Segmento do Subsetor
Outros Serviços — 1985/95 (%)

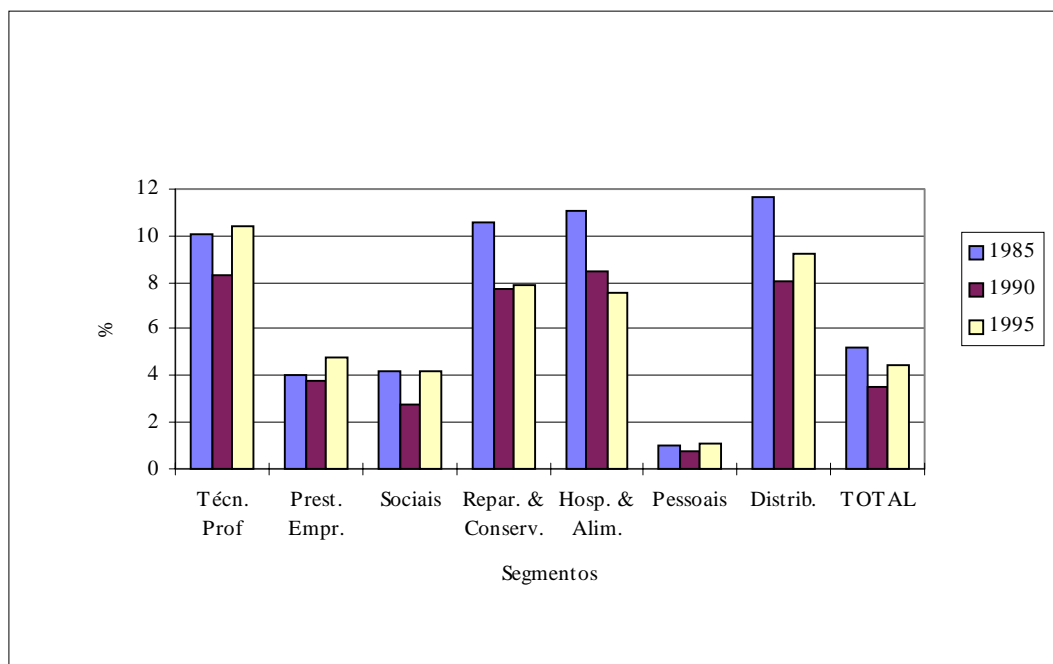
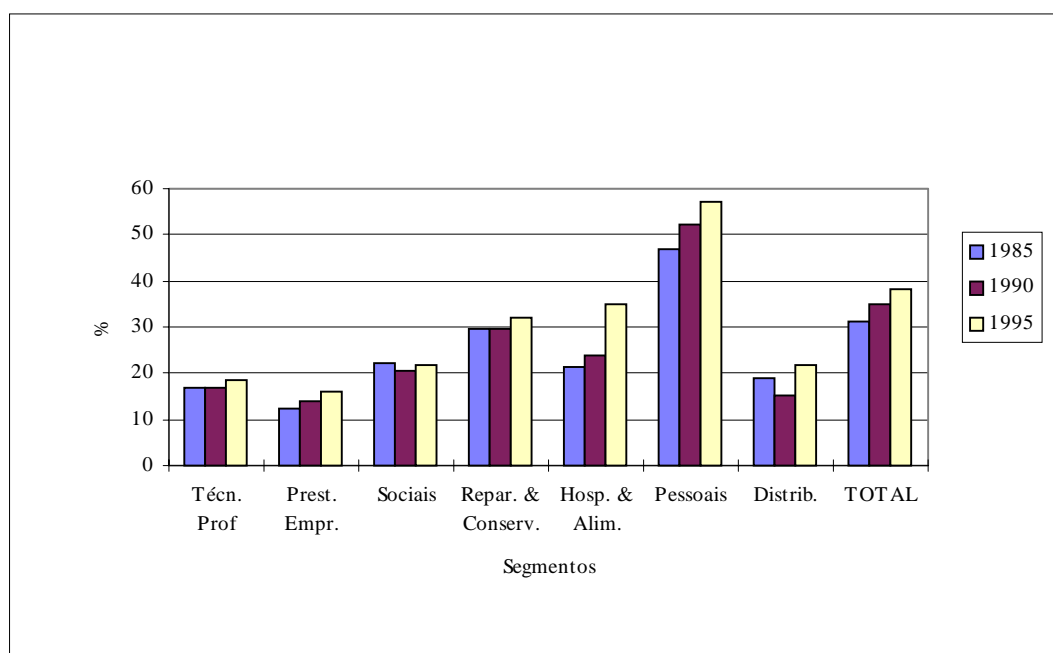


Gráfico 8d
Participação da Mão-de-Obra Sem Carteira na Mão-de-Obra Ocupada
nos Segmentos do Subsetor Outros Serviços — 1985/95 (%)



4 - A PRODUTIVIDADE E O SETOR SERVIÇOS NO BRASIL

A avaliação e a valorização do produto do setor Serviços apresentam numerosos problemas, resultantes, em grande medida, das especificidades de suas atividades. Isto porque, na maior parte dos casos, seus produtos não podem ser medidos em termos físicos e apresentam elementos qualitativos que dificultam a comparação intertemporal de séries de produção. Apesar disso, a literatura internacional sobre o tema toma os critérios utilizados para estimar as magnitudes da Contabilidade Nacional como aceitáveis para avaliar a produção do setor Serviços.

O uso de dados da Contabilidade Nacional como base empírica para o estudo comparado da evolução do setor Serviços *vis-à-vis* trajetórias de outros setores da atividade econômica (indústria e agropecuária) incorpora, por sua vez, o problema do comportamento setorial dos preços. Indicadores construídos (participação na geração da renda, de patamares de produtividade etc.) a partir de dados contabilizados a preços correntes, podem expressar, em grande medida, efeitos de mudanças observadas nos preços relativos. Assim, por exemplo, uma maior participação do setor Serviços no PIB pode não corresponder, necessariamente, a um crescimento proporcional do peso do produto real dos serviços no produto real total. Da mesma forma, aumentos de produtividade aparente do trabalho (participação no produto/participação na ocupação) podem estar fortemente influenciados pelo crescimento acelerado dos preços praticados pelo setor.

As considerações anteriores sugerem que os dados da Contabilidade Nacional devem ser deflacionados a partir de índices adequados a cada um dos setores. Neste caso, defronta-se com o problema da construção de um deflator para o setor Serviços. À guisa de ilustração pode-se registrar a conhecida dificuldade em se imputar preços a serviços públicos e de se comparar, no tempo, serviços privados que se diferenciam e mudam de qualidade. Estudos recentes, realizados a partir da metodologia anteriormente descrita, mostram que, durante as décadas de 70 e 80, foi observada, para algumas economias desenvolvidas, uma evolução modesta da produtividade aparente do trabalho nos serviços quando de sua comparação com o comportamento da produtividade verificado para outros setores da economia (ver Tabela 9).

Os índices de produtividade aparente do trabalho do setor Serviços incorporam desempenhos de múltiplas e heterogêneas atividades. Entretanto, sua lenta evolução em comparação com os índices relativos a outros setores da atividade econômica é, de uma maneira geral, explicada pela natureza da atividade. Sendo, essencialmente, prestação de trabalho, marcada por caráter pessoal e pela simultaneidade dos atos de produção e consumo, os serviços seriam, em princípio, atividades menos propícias à incorporação de progresso técnico. Se as hipóteses anteriores são verdadeiras, um aumento da oferta de serviços envolveria, sempre, uma maior utilização de trabalho com pequeno espaço para a substituição por capital. Como atividades intensivas em trabalho e prestadas a pessoas, boa parte dos serviços favoreceria a fragmentação do mercado por vantagens de localização.

Este fato, associado à simultaneidade dos atos de produção e consumo, implicaria restrições à ampliação de escalas, fator limitante do uso de maquinaria e de modernas técnicas de organização do trabalho. Expressão alternativa desta circunstância seria a predominância de empresas pequenas e médias no setor.

Tabela 9
Médias Anuais de Variação do PIB por Pessoa Ocupada — Países Selecionados

(Em %)

Países	Agricultura		Indústria de Transformação		Serviços	
	73/79	79/89	73/79	79/89	73/79	79/89
Estados Unidos	1,1	5,1	0,9	2,6	0,8	0,8
Japão	1,0	4,6	5,0	6,1	2,2	1,9
Alemanha	4,8	5,0	3,1	2,9	2,0	1,9
França	4,6	5,2	3,7	2,4	1,5	1,4
Grã-Bretanha	2,1	4,7	0,6	3,3	1,3	0,5
Itália	4,1	5,5	5,3	4,1	1,5	0,5

Fonte: Extraído de Cuadrado Roura e Río Gómez (1993).

Quando se trata de obstáculos ao avanço da produtividade do trabalho no setor Serviços, é preciso considerar, ainda, o padrão de concorrência vigente no setor. Em relação a esta questão, a natureza das atividades explicaria, mais uma vez, boa parte das condições restritas de concorrência, visíveis em muitos de seus subsetores, situação que, por seu turno, estaria na base do pequeno ritmo de avanço da produtividade setorial. Simultaneidade entre produção e consumo (impossibilidade de estocagem), personalização e vantagens de localização apareceriam, então, como elementos impeditivos à normalização (estandarização) dos produtos do setor e, em conseqüência, à ação das forças da concorrência. Em outras palavras, a natureza **non-tradeable** dos produtos dos serviços estaria na base do pequeno grau de competição vigente no setor.

Outros subsetores da produção de serviços estariam submetidos a condições restritas de competição em virtude de proteção e/ou regulação estatal. Tais setores seriam aqueles nos quais o Estado intervém diretamente, controla o desenvolvimento da atividade por concessões, controles de preços etc., ou regula e controla a entrada na profissão. Finalmente, a fragmentação de mercados que dificulta a concorrência nos planos regional e nacional é ainda mais importante quando se trata de considerar o mercado internacional.

As considerações anteriores acerca do ritmo da produtividade no setor Serviços estão desenvolvidas para dados agregados e, conseqüentemente, refletem o movimento da produtividade setorial média. Entretanto, a heterogeneidade de sua

composição implica a presença de subsetores portadores de características muito distintas. Sobre este ponto, um estudo recente de Roura e Río Gómez, (1993) sobre os serviços na Espanha (1980/90) revela que em alguns subsetores (transportes, comunicações, por exemplo) os processos de introdução de inovações técnicas e de capitalização foram tão ou mais intensos que os observados em muitos ramos da produção manufatureira. Em outros subsetores, como comércio varejista, instituições de crédito e financeiras, novas formas de organização e alguns avanços técnicos provocaram uma reestruturação setorial e das empresas capaz de produzir implicações importantes sobre a produtividade do trabalho.

As questões relativas à produtividade do trabalho, até aqui registradas, permitem chamar a atenção para duas ordens de questões. A primeira delas diz respeito aos problemas envolvendo a medição da produtividade do trabalho a partir de dados da contabilidade nacional. A segunda sugere que avaliações sobre o comportamento da produtividade dos serviços no tempo são mais úteis e confiáveis quando produzidas para menores níveis de agregação e combinam, quando possível, indicadores baseados nas Contas Nacionais com indicadores baseados em elementos físicos da produção do serviço em consideração.

A análise que se segue tem como referência indicadores de produtividade aparente do trabalho produzidos a partir de dados da contabilidade nacional disponíveis para o Brasil. Como é sabido, tais dados são apresentados de forma bastante agregada e, em sua metodologia, o setor Serviços é entendido como aquele formado pelas seguintes rubricas: Comércio, Transportes, Comunicações, Instituições Financeiras, Administração Pública e Outros Serviços. Para o cálculo daqueles indicadores foi realizado um esforço de compatibilização entre tais rubricas e as atividades de serviços cobertas pela PNAD (ver Anexo 1). Esse expediente mostrou-se necessário para permitir a comparação da capacidade de geração de valor agregado de cada uma daquelas rubricas (dados da contabilidade nacional) com a sua capacidade de produzir postos de trabalho (dados da PNAD).²⁴

Nas circunstâncias anteriores, indicadores de produtividade aparente com base nos dados da contabilidade nacional somente podem ser construídos para aquele nível de agregação (Comércio, Transportes, Comunicações, Instituições Financeiras, Administração Pública e Outros Serviços). O segmento aluguéis foi excluído por contabilizar, nas contas nacionais, tão-somente renda proveniente da propriedade de imóveis. Assim, o valor agregado relativo a esse segmento não se refere ao valor agregado produzido por atividades de serviços imobiliários que, mais precisamente, estão contabilizadas dentro da rubrica Outros Serviços. Cálculo de

²⁴ Uma análise da questão da produtividade referida a indicadores de produtividade aparente do trabalho pode ser enriquecida pela presença de indicadores de produtividade calculados a partir de elementos físicos da oferta de serviços (ex.: número de consultas por médico empregado etc.). A construção desses indicadores requer, entretanto, a consideração de atividades de serviços num nível de desagregação bastante alto. Nessas condições serão calculados quando dos estudos de caso que completarão essa pesquisa.

indicadores de produtividade aparente em níveis de agregação inferiores aos acima registrados somente podem ser realizados tendo como referência a renda pessoal dos ocupados em cada atividade coberta pela PNAD. Tais indicadores não poderiam, ainda, ser calculados para qualquer nível de agregação. Visto ser a PNAD uma pesquisa domiciliar amostral, o tamanho da amostra para algumas atividades tomadas isoladamente não é significativo. Decorre deste fato a preferência de se apresentarem indicadores calculados para maiores níveis de agregação.

Análise dos Indicadores de Produtividade Aparente do Trabalho nos Serviços

Os indicadores de produtividade aparente (participação no valor agregado/participação no pessoal ocupado) relativos aos grandes setores da Contabilidade Nacional (1990) revelam que a geração de valor agregado por pessoa ocupada no setor Serviços somente é superior à encontrada para o setor Agropecuária, mostrando-se substantivamente inferior àquelas referentes à Indústria, Construção e Serviços Industriais de Utilidade Pública (ver Tabela 10). Este fato revela que o setor Serviços, considerado em seu maior nível de agregação, pode ser caracterizado como um setor intensivo em trabalho.

O menor índice de produtividade aparente do setor Serviços resulta da média ponderada de seus diversos subsetores. Quando examinados de forma desagregada, estes subsetores revelam diferenças substantivas, fato que expressa sua enorme heterogeneidade. É importante notar que a rubrica Outros Serviços apresenta o menor índice de produtividade aparente dentre todos os subsetores que compõem o setor Serviços. Dado seu peso no interior do setor Serviços, são, em conjunto com o Comércio, os responsáveis pela baixa relação participação no valor agregado/participação na ocupação, associada ao setor Serviços. Subsetores como Instituições Financeiras e Comunicações apresentam, por sua vez, indicadores superiores aos registrados para a indústria (ver Tabela 11).

Tabela 10
Brasil: 1990 — Indicadores de Produtividade Aparente

Setor	Participação no PIB (a)	Participação na Ocupação (b)	(b)/(a)
Agropecuária	10,0	22,9	0,44
Indústria	27,0	15,8	1,71
Construção	7,0	6,1	1,14
Serv. Ind. Ut. Pública	3,0	0,6	4,84
Serviços	53,0	54,6	0,97

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Contabilidade Nacional — PNUD/IPEA e dados de ocupação da PNAD/IBGE.

Tabela 11
 Brasil: 1990 — Serviços: Indicadores de Produtividade Aparente

Subsetor	(Em %)		
	Participação no PIB (a)	Participação na Ocupação (b)	(b)/(a)
Comércio	7,0	12,07	0,58
Transporte	4,0	3,52	1,14
Comunicação	1,0	0,42	2,38
Inst. Financeiras	13,0	1,92	6,77
Adm. Pública	11,0	9,71	1,13
Outros Serviços	12,0	26,91	0,45

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Contabilidade Nacional — PNUD/IPEA e dados de ocupação da PNAD/IBGE.

O cálculo da produtividade aparente da rubrica Outros Serviços incorpora, por sua vez, numerosas e heterogêneas atividades de prestação de serviços. Nestas circunstâncias, é necessário decompor a produtividade aparente dos Outros Serviços pelas suas atividades mais relevantes, com vistas a identificar quais atividades são responsáveis pela baixa relação participação no valor agregado/participação na ocupação encontrada para este subsetor. Tendo em consideração o nível de agregação dos dados das Contas Nacionais, não é possível, como discutido anteriormente, realizar esse cálculo a partir da mesma metodologia utilizada para a produção dos indicadores apresentados nos quadros anteriores. Assim, a estimativa que se segue (Tabela 12) resultou da relação entre renda total da ocupação na atividade e ocupação total na atividade, a partir de dados de renda da PNAD e não das Contas Nacionais.

A análise dos indicadores da Tabela 12 mostra que a geração de renda por pessoa ocupada nos Outros Serviços está fortemente influenciada pelos serviços pessoais e sobretudo pelos outros serviços pessoais (serviços de higiene pessoal, de confecção e conservação de vestuário, domésticos remunerados, domiciliares diversos, pessoais não-identificados e de diversão e promoção artística), dado seus pesos no âmbito da rubrica Outros Serviços.

As atividades componentes da rubrica Outros Serviços das contas nacionais são bastante heterogêneas e apresentam, por essa razão, indicadores de produtividade muito distintas. Usando a classificação de Browning e Singelman observa-se que os serviços pessoais possuem o menor indicador de produtividade, enquanto os serviços portadores de uma maior relação com a estrutura produtiva (produtivos e distributivos) revelam indicadores substantivamente mais elevados. É interessante notar, ainda, que a produtividade aparente associada aos serviços técnicos profissionais é a mais elevada dentre as relativas às atividades que compõem o segmento Outros Serviços da contabilidade nacional. Na verdade, esses serviços incluem serviços mais modernos e sofisticados, como os referentes à informática (Tabela 12).

Tabela 12
 Brasil: 1990 — Outros Serviços: Indicadores de Produtividade Aparente

(Em %)

Atividades	Pessoal Ocupado sobre Total da Ocupação Serviços (a)	Renda sobre Total da Renda em Serviços (b)	(b)/(a)
1. Serviços Produtivos	8,37	10,44	1,2
1.1. Serviços Téc. Profissionais	3,30	5,90	1,8
1.2. Outros Prestados às Empresas	5,08	4,55	0,9
2. Serviços Sociais	7,38	8,04	1,1
2.1. Saúde e Ensino	4,90	6,28	1,3
2.2. Serviços Comunitários	2,48	1,76	0,7
3. Serviços Pessoais	30,13	15,84	0,5
3.1. Reparação e Conservação	5,08	4,58	0,9
3.2. Hospedagem e Alimentação	6,38	4,72	0,7
3.3. Outros Serviços Pessoais	18,67	6,54	0,4
4. Serviços Distributivos	2,68	4,50	1,7
Total Outros Serviços	48,56	38,82	0,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE.

A análise das informações contidas nas Tabelas 10, 11 e 12 revela, em síntese, que, no plano nacional, a produtividade aparente do trabalho no setor Serviços apresenta as seguintes características:

- a) o setor Serviços apresenta uma geração de valor agregado por pessoa ocupada bastante baixa, somente superior à encontrada para o setor agropecuário, e substantivamente inferior àquelas referentes à indústria, construção e serviços industriais de utilidade pública;
- b) dado seu peso no interior do setor Serviços, os Outros Serviços (Contas Nacionais) em conjunto com o Comércio, são os responsáveis pela baixa relação participação no valor agregado/participação na ocupação, associada ao setor Serviços;
- c) subsetores do setor Serviços como Instituições Financeiras e Comunicações apresentam relações participação no valor agregado/participação na ocupação superiores aos registrados para a indústria;
- d) a baixa geração de renda por pessoa ocupada nos outros serviços está fortemente influenciada pelos serviços pessoais e sobretudo pelos outros serviços pessoais (serviços de higiene pessoal, de confecção e conservação de vestuário, domésticos remunerados, domiciliares diversos, pessoais não-identificados e de diversão e promoção artística).

5 - CONCLUSÃO

As dificuldades de mensurar as atividades de serviços não impedem que se conclua que o setor Serviços teve um crescimento espetacular na geração do emprego e do produto na economia mundial e nacional. No Brasil, na última década, o setor Serviços foi o que mais expandiu o emprego tanto em termos absolutos como em relação ao seu próprio tamanho. Ademais, constituiu a atividade econômica que mais contribuiu para a geração de postos de trabalho no país, com um crescimento sistemático de sua participação no emprego urbano.²⁵

Este processo de terciarização da economia brasileira foi marcado pela dualidade: expandiram-se tanto os serviços tradicionais como os novos. O avanço da industrialização processou-se ao lado de uma agropecuária e serviços tradicionais. Tal desequilíbrio parece constituir uma característica do desenvolvimento econômico dos países periféricos, misturando setores econômicos modernos e tradicionais. Nos serviços essa questão assume um grande peso. Essa marca dual do setor Serviços é historicamente verificada pela difusão mundial dos padrões de consumo dos países centrais que provocaram uma adaptação das estruturas produtivas e de emprego dos países periféricos ao novo contexto internacional. No Brasil, a elevação da renda **per capita** urbana e o perfil da distribuição da renda pessoal concentraram atividades típicas de uma economia moderna nos grandes centros urbanos com um excedente de mão-de-obra marginalizado, que busca seu sustento em atividades de baixa ou nenhuma qualificação, dentre os quais diversos tipos de prestação de serviços pessoais. A funcionalidade do setor Serviços para este quadro excludente do processo de desenvolvimento resultou em que a participação relativa destas atividades no produto e no emprego seja semelhante àquelas registradas nos países centrais ao longo do século XX, quando analisadas globalmente, porém atrasado e servil — este processo de desenvolvimento — quanto aberto pelas suas diferentes atividades.²⁶

Esta dualidade que marca o nosso processo de desenvolvimento, e o dinamismo da industrialização brasileira patente pela análise da evolução do PIB, aberto pelos principais setores econômicos, mostra que o PIB brasileiro **serviços** tem um comportamento diferente da evolução consagrada pela literatura econômica internacional. De 1970 a 1985 o PIB **serviços** a preços correntes se reduz e só a partir de 1985, diante da recessão econômica, assume um papel anticíclico e a hipótese de **doença de custos** não é evidente na trajetória da expansão dos serviços para a economia brasileira. Afinal, a evolução do setor Serviços não é uniforme. Para o comércio, comunicações e transportes houve um decréscimo da

²⁵ As conclusões deste trabalho são mais discutidas nos relatórios de pesquisa do projeto **Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil**, estes estudos deram origem ao presente texto. Particularmente à questão da qualidade dos postos de trabalho do setor [ver Barros e Mendonça (1997)].

²⁶ Em termos gerais, a média da participação relativa setorial no produto de países de renda **per capita** mais elevada é de 52% enquanto para países de mais baixa renda a média situa-se em 50%. Para o emprego, as médias são de 49% para o primeiro e 35% para o segundo grupo [ver Kuznets (1966)].

participação do produto a preços correntes em relação ao produto a preços constantes. No que se refere às rubricas Administração Pública e Outros Serviços há alguma evidência da hipótese de **doença de custos**, mas a precariedade da base de dados torna necessária uma certa cautela com relação a esta afirmação. Desta maneira, pode-se concluir que, por um lado, uma série de subsetores de serviços no Brasil tem um comportamento não condizente com a hipótese de **doença de custos** e, por outro lado, os subsetores de serviços em que os dados apontam indícios de **doença de custos** estão sujeitos a graves problemas de mensuração, o que limita a análise por intermédio da metodologia de cálculo das Contas Nacionais.

Quanto à hipótese de crescimento do setor Serviços sustentado pela expansão das atividades de serviços destinadas ao consumo intermediário [Gershuny (1987)], principalmente a demanda do setor industrial, a análise feita para o período 1985/92, a partir da matriz de insumo-produto, não permite uma resposta conclusiva. No período há um crescimento bastante elevado da participação dos serviços no total da demanda final e da intermediária e uma reduzida expansão do setor industrial. Observou-se um certo crescimento da demanda intermediária de serviços, mas inferior à expansão da demanda final, porque a proporção da produção de serviços destinada ao consumo intermediário sofre pouca alteração no período — embora haja decréscimo entre 1985 e 1990, para em seguida subir entre 1990 e 1992. Este resultado sugere a não confirmação, para a economia brasileira neste período, da hipótese de determinação da dinâmica dos serviços a partir do consumo intermediário.

A expansão do emprego terciário foi um fato incontestável para a economia brasileira. Na última década a absorção de mão-de-obra pelo setor Serviços apresentou duas dinâmicas distintas: cresceu significativamente entre 1985/90 e manteve-se estável entre 1990/95. Apesar de incorporarem uma parcela crescente de trabalhadores, as diversas atividades do setor Serviços tiveram comportamento diferente. Mesmo assim, comércio e administração pública têm um peso significativo na estrutura de ocupação do setor e na grande rubrica Outros Serviços, cuja miscelânea de atividades torna sua análise mais complexa. Tem-se o serviço doméstico remunerado como o grande bolsão de abrigo dos trabalhadores pouco qualificados. Estas atividades, responsáveis por cerca de metade do emprego no setor, tiveram pequenas perdas nas suas taxas de participação na estrutura ocupacional brasileira. Para o setor Serviços houve uma mudança radical na posição da ocupação com um aumento da proporção de trabalhadores por conta própria e sem carteira, portanto expansão de relações informais na economia, confirmando a idéia de que o setor Serviços, pelas suas características, é um colchão anticíclico. Embora com marcas perversas, o crescimento da ocupação nos serviços também revela o novo. Os serviços da fronteira da microeletrônica expandiram-se na década como mostra o comportamento do segmento de técnicos profissionais e hospedagem/alimentação. Houve no setor uma flexibilização das relações trabalhistas com exceção dos serviços prestados às empresas. Há fortes indícios de que o crescimento dos

serviços no Brasil na última década foi mais uma resposta à crise do emprego na economia do que uma consequência da evolução econômica.

Por último, quanto à questão da baixa produtividade das atividades de serviços, a análise revelou que, no plano nacional, o setor apresenta uma geração de valor agregado por pessoa ocupada bastante baixa, somente superior à encontrada para o setor agropecuário, e substantivamente inferior àquelas referentes à indústria, construção e serviços industriais de utilidade pública. Dado seu peso no interior do setor Serviços, a rubrica Outros Serviços (Contas Nacionais) em conjunto com o Comércio, são os responsáveis pela baixa relação participação no valor agregado/participação na ocupação, associada ao setor Serviços. Por sua vez, a baixa geração de renda por pessoa ocupada nos Outros Serviços está fortemente influenciada pelos serviços pessoais e sobretudo pelos outros serviços pessoais (serviços de higiene pessoal, de confecção e conservação de vestuário, domésticos remunerados, domiciliares diversos, pessoais não-identificados e de diversão e promoção artística). Estas atividades marcam a dualidade do setor Serviços, onde aqueles serviços convivem com outros, nos quais a revolução microeletrônica transformou radicalmente estas atividades, como aconteceu com Instituições Financeiras e Comunicações. Nestas, o avanço da produtividade foi substantivo, chegando a apresentar relações de participação no valor agregado/participação na ocupação, superiores aos registrados para a indústria.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. L. O. de. **Distribuição de renda e emprego em serviços**. Rio de Janeiro: IPEA 1976 (Relatório de Pesquisa, 34).
- ALMEIDA, W. J. M. de. **Serviços e desenvolvimento econômico no Brasil — aspectos setoriais e suas implicações**. Rio de Janeiro: IPEA, 1974 (Relatório de Pesquisa, 23).
- ALMEIDA, W. J. M. de, SILVA, M. C. da. **Dinâmica do setor Serviços no Brasil — emprego e produto**. Rio de Janeiro: IPEA, 1973 (Relatório de Pesquisa, 18).
- ANDRADE, M. V. **Setor Serviços no Brasil: a dualidade revisitada (1981/1990)**. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. **A estrutura do emprego e a qualidade dos postos de trabalho no setor Serviços**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Série Seminários).
- BAUMOL, W. J. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. **American Economic Review**, June, 1967.
- . **Productivity and American Leadership: the long view**. Cambridge: The MIT Press, 1991.
- BAUMOL, W., BLACKMAN, S., WOLFF, E. Unbalanced growth revisited: asymptotic stagnancy and new evidence. **American Economic Review**, v.75, n. 4, 1986.
- BELL, D. **The coming of the post-industrial society**. Nova York: Basic Books, Inc., 1973.
- BROWNING, H. C., SINGELMAN, J. **The emergence of a service society**. Springfield, 1978.
- CASTELLS, M. **The informational city: information technology, economic restructuring and the urban-regional process**. Oxford: Blackwell, 1989.
- CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London: MacMillan Co. Ltd. 1940 e 1950.
- COHEN, S., ZYSMAN, J. **Manufacturing matters: the myth of the post-industrial economy**. New York: Basic Books, 1987.

CUADRADO ROURA, J., RÍO GÓMEZ, C. **Los servicios en España**. Madrid: Piramide, 1993.

ECC-Economic Council of Canada. **Employment in the Service sector**. Ottawa: Minister of Supply and Services, 1991.

ELFRING, T. **Service sector employment in advanced economies**. Aldershot: Avebury, 1998.

FISHER, A. G. B. Capital and the growth of knowledge. **Economic Journal**, v. 45, p. 279-389, 1993.

FLORES, R. G., SANTOS, S. C. dos. Three hypotheses on the Brazilian service sector. **The Review of Income and Wealth**, June 1995.

GATT. **International Trade 1988-89**. Genebra, 1989.

GERSHUNY, J. I. The future of service employment. In: GIARINI, D. (ed.). **The emerging service economy**. Pergamon Press, 1987.

GÓMEZ, C. del R. Cambio estructural y evolution del sector servicios en el area de la OCDE: uma referencia al caso español. In: VELARDE, J., DELGADO, J. L., PEDRENO, A. (eds.). **El sector terciario de la economia española**. Madrid: Colegio de Economistas de Madrid, 1987.

GRILICHES, Z. (ed.) **Output measurement in the service sector**. University of Chicago Press, 1992(NBER Studies in Income and Wealth, 56).

GUTIÉRREZ, J. P. **El crecimiento de los servicios: causas, repercusiones y políticas**. Madrid: Alianje Editorial, 1993.

HILL, T. P. On goods and services. **The Review of Income and Wealth**, n. 23, p. 315-338, Mar. 1977.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. New Haven:Yale University Press, 1958.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad); Censos Demográficos e dos Serviços 1985; Censo de Empresas 1985; Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (1990); Anuários Estatísticos; Cartas**.

KON, A. **A produção terciária**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. A distribuição do trabalho nos serviços no Brasil. **Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep)**. 1996.

- KRAVIS, I., HESTON, A., SUMMERS, R. The share of in economic growth. In: ADAMS, G., HICKMAN, B. (eds.). **Global econometrics**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1983.
- MADDISON, A. **Phases of capitalist development**. Oxford University Press, 1984.
- MOMIGLIANO, F., SINISCALCO, D. Mutamenti nella struttura del sistema produttivo e integrazione fra industria e terziario. In: PASINETTI, L. (org.). **Mutamenti strutturali del sistema produttivo: integrazione tra industria e settore terziario**. Bologna: Il Mulino, 1986.
- MELO, H. P. de, CASSIOLATO, J. E. O setor serviços — um debate entre usuários e produtores de informações. **Anais da IV Conferência Nacional de Estatística** (Contest), Rio de Janeiro, IBGE, (Texto para Discussão, A Economia, v. 2, 1996).
- ROCHA, F., FERRAZ, G., DI SABBATO, A. DWECK, R. **Os serviços no Brasil — 1985/95**. Rio de Janeiro: MICT/IPEA, 1997a (Relatório de Pesquisa, 4).
- _____. **O crescimento dos serviços no Brasil: considerações preliminares**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997b (Série Seminários). Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Estudos do Trabalho (Abet).
- _____. **É possível uma política para o setor serviços**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, jan. 1997c. (Texto para Discussão, 457).
- RIOS E. O crescimento dos serviços nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. **Anais do Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho** (Abet), João Pessoa, 1997 e IPEA (Série Seminários, 02/1997).
- MELVIN, J. R. History and measurement in the service sector: a review. **The Review of Income and Wealth**, Dec. 1995.
- MILES, I. Innovation in services. In: DOGSON, M., ROTHWELL, R. (eds.). **The Handbook of Industrial Innovation**. Aldershot: Edward Elgar, 1994.
- MOHR, M. F. Recent and planned improvements in the measurement and deflation of services outputs and inputs in bea's gross product originating estimates. In: GRILICHES, Z. (ed.). **Output measurement in the service sectors**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- NAJBERG, S., VIEIRA, S. P. Demanda setorial por trabalho: uma aplicação do modelo de geração de emprego. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 1997.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality, **American Economic Review**, v. 45, 1955.

_____. **Economic growth of Nations**. 1966.

OCDE. **Services: Statistic on International Transactions 1979-1992**. Statistic Directorate, 1995.

PERO, V. **Terciarização e qualidade do emprego no início dos anos 90**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1995(Dissertação de Mestrado).

PINTO, A. Naturaleza e implicaciones de la heterogeneidad estructural de la America Latina. **El Trimestre Económico**, México, v. XXXVII, n. 145, 1970.

PREBISCH, R. **Transformacion y desarrollo. La gran tarea de America Latina**. Santiago: 1970, cepal.

RASMUSSEN, P. N. **Studies in inter-sectoral development**. New Haven: Yale University Press, 1956.

RICHARDSON, J. B. A sub-sectoral approach to services trade theory. In: GIARINI, O. (ed.). **The emerging service economy**. Pergamon Press, 1987.

RIDDLE, D. **Service-led growth: the role of the services sector in world development**. New York: Praeger, 1986.

ROSTOW, W. W. **Los Etapas del crecimiento económico**. México: FCE, 1961.

SABOLO, Y. **The service industries**. Genebra: International Labour Office, 1975.

SAEZ, F. (ed). **Los Servicios en España: situación y tendencias**. Madrid: FEDEA, 1993.

SEGNINI, L. R. P. Racionalização do trabalho no setor de serviços: uma contribuição ao debate teórico. **Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep)**, 1996.

SÉRUZIER, M. Pour une analyse différenciée des services. **Anais da IV Conferência Nacional de Estatística (Confest)**, Rio de Janeiro, IBGE (Texto para Discussão, a Economia, v. 2, 1996).

SINGELMANN, J. **From agriculture to services: the transformation of industrial employment**. Sage: Beverly Hills, 1978.

TOKMAN, V. Desarrollo desigual y absorción de empleo. America Latina (1950/1980). **Revista de la Cepal**, n. 26, 1982.

UNITED NATIONS. **National accounts statistics: main aggregates and detailed tables, 1991**. New York, 1993, Part II.

U. S. **Economic Classification Policy Committee Department of Commerce**. Washington, Services Classifications, Bureau of Economic Analysis, Mar. 1994 (Issues Papers, 6).